



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE
MESTRADO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

SARAH RAQUEL CARVALHO DE OLIVEIRA ALMEIDA

RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

MOSSORÓ

2017

SARAH RAQUEL CARVALHO DE OLIVEIRA ALMEIDA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e sustentabilidade de organizações e comunidades no semiárido.

Orientadora: Prof.^a Elisabete Stradiotto Siqueira.

MOSSORÓ

2017

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

A447r Almeida, Sarah Raquel Carvalho de Oliveira.
Responsabilidade social na Universidade: Uma análise das ações de extensão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. / Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida. - 2017.
84 f. : il.

Orientadora: Elisabete Stradiotto Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2017.

1. Responsabilidade Social. 2. Extensão. 3. Universidade. I. Siqueira, Elisabete Stradiotto, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

SARAH RAQUEL CARVALHO DE OLIVEIRA ALMEIDA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.


Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e sustentabilidade de organizações e comunidades no semi-árido.

Defendida em: 22/02/2017.

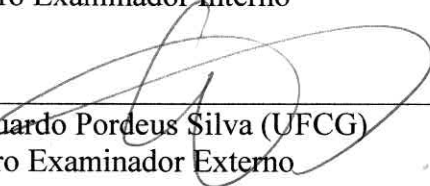
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira (UFERSA)
Presidente



Prof. Dra. Liana Holanda Nepomuceno Nobre (UFERSA)
Membro Examinador Interno



Prof. Dr. Eduardo Pordeus Silva (UFCG)
Membro Examinador Externo

À minha mãe e ao meu pai (presentes), por serem a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, soberano criador, pelo dom da vida e por estar no controle desta obra.

À minha família, pelo apoio incondicional.

Ao meu amado esposo Fabrício Almeida, por estar comigo nessa empreitada, demonstrando entusiasmo, paciência e compreensão, sobretudo nos momentos mais críticos.

À minha mãe, pelo apoio, por estar sempre disposta a me ajudar, sempre me incentivando a crescer.

Ao meu filho Levi, que me inspira todos os dias.

À professora e orientadora Dr.^a Elisabete Stradiotto Siqueira, pelo conhecimento transmitido e pela dedicação na orientação dessa pesquisa.

À Universidade Federal Rural do Semi-Árido e ao Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Ufersa, pela estrutura e pela oportunidade.

Aos colegas de trabalho, PROGEPE/Ufersa, pelo apoio.

Aos colegas de turma que fiz durante o mestrado.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho, seja com sugestões, críticas ou informações.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

FORPROEX

RESUMO

Este projeto tratou da Responsabilidade Social na Universidade, com foco nos projetos de extensão como importante ferramenta da relação universidade/comunidade. O objetivo deste trabalho foi analisar como projetos de extensão da Ufersa estabelecem a relação com a comunidade e as demandas sociais utilizando o modelo das três dimensões de responsabilidade social proposto por Schwartz e Carroll (2003): econômica, ética e legal. No modelo há ainda a sobreposição dessas dimensões que resulta em sete possibilidades: puramente econômica, puramente ética, puramente legal, econômica e ética, econômica e legal, ética e legal e, por fim, uma sobreposição que engloba as três dimensões. Para a análise, foram definidos como objetivos específicos: traçar o perfil das ações de extensão; identificar quais as motivações para a implementação dessas ações de extensão; verificar quais demandas sociais foram atendidas através dessas ações; descrever a percepção dos sujeitos das ações sobre demandas sociais atendidas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas, e documentos. Foram entrevistados 21 membros dos programas/projetos, dentre eles: coordenador de projeto, vice-coordenador, técnico e bolsistas. Os dados documentais foram os relatórios finais das ações de extensão referentes ao Edital nº 19/2013, edital totalmente financiado pela universidade. A análise dos resultados foi interpretativa baseada nos objetivos específicos, nos dados das entrevistas e no modelo proposto pelos autores para, ao final, analisar conforme objetivo geral. Os resultados demonstraram que a ação dos projetos atendeu às áreas da educação, tecnologia e produção, e meio ambiente, e que o principal público atendido foi de alunos das escolas públicas, ensino fundamental e médio. E ainda que a maior parte das ações se enquadra nas dimensões ética e legal (em sua forma passiva) e que, apesar das limitações do modelo, foi possível realizar a análise.

Palavras-chave: Universidade, Extensão e Responsabilidade Social.

ABSTRACT

This project dealt with Social Responsibility at the University, focusing on extension projects as an important tool of the university / community relationship. The objective of this study was to analyze how UFERSA extension projects establish the relationship with the community and the social demands using the three dimensions of social responsibility model proposed by Schwartz and Carroll (2003): economic, ethical and legal. In the model there are also the overlapping of these dimensions that results in seven possibilities: purely economic, purely ethical, purely legal, economic and ethical, economic and legal, ethical and legal and finally an overlap that encompasses the three dimensions. For analysis were defined as specific objectives: outline the profile of extension actions; Identify the motivations for the implementation of these extension actions; Verify what social demands were met through these actions; Describe the perception of the subjects of the actions on social demands. This is a qualitative research, which used field research, with semi-structured interviews, and documents. Twenty-one members of the programs / projects were interviewed, among them: project coordinator, deputy coordinator, technical and scholarship holders. The documentary data were the final reports of the extension actions referring to Public Notice no. 19/2013, fully funded by the university. The analysis of the results was interpretative based on the specific objectives, the interview data and the model proposed by the authors, for the final analysis according to the general objective. The results showed that the actions of the projects covered the areas of education, technology and production, and the environment, and that the main public attended were public school students, elementary and middle school. Also, that most of the actions fit the ethical and legal dimensions (in their passive form), and that despite the limitations of the model it was possible to carry out the analysis.

Keywords: University, Extension and Social Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões da Responsabilidade Social, modelo de Carroll (1991).....	19
Figura 2 - Dimensões da Responsabilidade Social, modelo de Schwartz, Carrol (2003).	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa - Programas.....	39
Quadro 2 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa - Projetos.....	39
Quadro 3 - Quantidade de membros e entrevistados.....	40
Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão.	41
Quadro 5 – Roteiro das entrevistas – Objetivos específicos.	42
Quadro 6 – Perfil das ações de extensão da UFERSA do Edital N° 19/2013 - Programas.....	47
Quadro 7 – Perfil das ações de extensão da UFERSA do Edital N° 19/2013 - Projetos.....	48
Quadro 8 – Principais motivações das ações de extensão conforme modelo.....	62
Quadro 9 – Principais demandas atendidas nas ações de extensão conforme modelo.....	73
Quadro 10 – Ações de extensão sob a perspectiva das dimensões da Responsabilidade Social.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASCAMAREM	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Mossoró
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DIREDE	Diretoria Regional de Educação
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
ISO	International Organization for Standardization/Organização Internacional para Padronização.
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MEC	Ministério da Educação
NBR	Denominação de norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICO OU PRESSUPOSTOS	16
2.1. Geral	16
2.2. Específicos	16
3. REVISÃO DE LITERATURA OU REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1. Responsabilidade social: histórico	17
3.2. Responsabilidade social: a pirâmide de carrol	19
3.2.1. Responsabilidade Econômica	20
3.2.2. Responsabilidade Legal	20
3.2.3. Responsabilidade Ética	20
3.2.4. Responsabilidade Filantrópica	21
3.3. As três dimensões da responsabilidade social e suas sobreposições	22
3.3.1. Dimensão Econômica	23
3.3.2. Dimensão Legal	24
3.3.3. Dimensão Ética	25
3.3.4. Domínios sobrepostos.....	26
3.3.5. Categoria puramente econômica.....	27
3.3.6. Categoria puramente legal	27
3.3.7. Categoria puramente ética	27
3.3.8. Categoria econômica e ética	27
3.3.9. Categoria econômica e legal	28
3.3.10. Categoria legal e ética.....	28
3.3.11. Categoria econômica, legal e ética	28
3.3.12. Limitações do modelo.....	29
3.4. Responsabilidade social: conceitos e críticas	29

3.5. Universidade no brasil: histórico	30
3.6. Extensão universitária.....	32
3.7. Responsabilidade social, universidade e extensão	35
4. MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4.1. Tipo de pesquisa	36
4.2. Local da pesquisa.....	37
4.3. Sujeitos da pesquisa.....	38
4.4. Submissão ao comitê de ética.....	41
4.5. COLETA DE DADOS.....	41
4.5.1. Instrumento de coleta de dados.....	41
4.6. Análise dos dados.....	45
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
5.1 Perfil das ações de extensão	46
5.2- Motivações para a implementação dessas ações;	52
5.3. Demandas Sociais atendidas pelos programas/projetos de extensão.....	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
7. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	83
APÊNDICE B – SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA	86

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, percebe-se que existe um avanço no sentido de se considerar as consequências sociais das atividades das organizações. E essa tendência é necessária, devendo-se respeitar as pessoas e o meio ambiente em que estão inseridas (SCHWARTZ, CARROLL, 2003). Nota-se, também, que a Universidade, enquanto organização, deve conhecer as demandas sociais, de forma a desenvolver ferramentas que promovam um diálogo com a sociedade para atender suas necessidades (CHAUÍ, 2001).

Sabe-se que na Universidade essa função é geralmente atribuída à extensão que é realizada sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço. Tais ações são sistematizadas de acordo com as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (FORPROEX, 2012).

As ações de extensão são feitas com o objetivo de ampliar a contribuição da universidade na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira, no sentido humano, ético e sustentável, conforme defende a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

Considerando que a Responsabilidade Social é vista de forma genérica como a possibilidade de construção de políticas que visam maior equilíbrio entre as organizações e a sociedade, e que na Universidade essa perspectiva tem sido delegada para a extensão, este estudo propõe uma análise da extensão universitária no contexto do campo teórico da responsabilidade social considerando, para isso, o modelo das três dimensões de Schwartz e Carroll (2003).

Conforme Bittencourt e Carrieri (2005), nas organizações lucrativas, a relação com a comunidade nem sempre tem seus contornos éticos suficientemente claros, em muitos momentos a atuação da empresa é vista mais como uma forma de manipulação e possibilidade de melhorar sua imagem, do que necessariamente uma preocupação com os impactos negativos que produz na sociedade.

A extensão universitária, de alguma forma, também enfrenta esse dilema, pois os parâmetros éticos que orientam os projetos de extensão nem sempre consideram as necessidades da comunidade e, em alguns casos, a universidade pode, através da extensão, estabelecer relações pouco democráticas com os grupos com que se relaciona (SILVA, 2003).

Nesse contexto, parece haver uma necessidade de aporte teórico que ofereça maior clareza sobre como e com que princípios valorativos as práticas de extensão têm sido concebidas. Desta forma, a responsabilidade social talvez pudesse ser uma possibilidade de leitura dessa realidade, mais especificamente o modelo proposto por Schwartz e Carroll (2003). Assim, a questão de pesquisa centra-se na indagação da pertinência do modelo citado como possibilidade de compreensão dos parâmetros de relacionamento da extensão universitária com a comunidade.

Nesse sentido, a responsabilidade social balizará o estudo tendo em vista suas características, que envolvem não somente ações/projetos sociais de cunho assistencialista/filantrópico, mas que permitem uma análise mais profunda das necessidades da sociedade e sua relação com as organizações.

2. OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICO OU PRESSUPOSTOS

2.1. Geral

Analisar como projetos de extensão da Ufersa estabelecem a relação com a comunidade e as demandas sociais utilizando o modelo de responsabilidade social proposto por Schwartz e Carroll (2003)

2.2. Específicos

- ✓ Traçar o perfil das ações de extensão;
- ✓ Identificar quais as motivações para a implementação dessas ações de extensão;
- ✓ Verificar quais demandas sociais foram atendidas através dessas ações;
- ✓ Descrever a percepção dos sujeitos (público alvo) das ações de extensão sobre demandas sociais atendidas/ ou não.

3. REVISÃO DE LITERATURA OU REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Responsabilidade social: histórico

Para compreender as discussões em torno da responsabilidade social, é necessário fazer um resgate histórico acerca dessa temática. No início do século XIX, o lucro era o principal objetivo dos empresários, tanto governo como sociedade exerciam pouca pressão na responsabilização das empresas pelos seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, com o avanço das propostas socialistas, empresários e empresas se envolviam em práticas filantrópicas, faziam doações para escolas, hospitais e etc. Essas práticas deram origem a fundações que, em vários casos, levaram o nome daqueles que contribuía e que se beneficiavam de suas ações. Essas atividades filantrópicas se configuraram na visão de responsabilidade social que prevaleceu neste período. Ainda no início do século XX, o governo começa a interferir na relação com as organizações através de legislações, entretanto, a maior parte delas visava apenas preservar a concorrência e o livre mercado. Sendo a empresa considerada, ainda, um negócio essencialmente econômico (CARROLL, 1991).

Em 1960 e 1970, o papel social das empresas mudou novamente. A década de 1960 foi marcada por turbulência social e a sociedade civil passou a contestar as ações das empresas. A preocupação com igualdade de oportunidades, com o ambiente e com um produto seguro resultou no aumento do envolvimento do governo com as questões sociais por meio da edição de leis e regulamentos. Assim, as empresas foram forçadas a considerar o social em suas ações (CARROLL, 1991).

Apesar das especulações de que existia um alto interesse no longo prazo na finalidade pretendida com essas ações sociais, muitos economistas, como Milton Friedman, continuaram a argumentar que ações de caráter social não tinham lugar no mundo dos negócios. Porém, tornou-se claro que as empresas não poderiam ignorar as questões sociais sem colocar em xeque sua legitimidade enquanto instituição (CARROLL, 1991).

Dessa forma, um novo papel foi delineado para as empresas. Embora sua orientação principal fosse o lucro, novos contornos surgiram no sentido de considerar as consequências sociais de suas atividades econômicas. Apesar da visão contemporânea de responsabilidade social ser cada vez mais aceita, os acontecimentos podem alterar novamente a relação de negócios-sociedade (CARROLL, 1991).

A nova visão reconhece e considera ações de ordem econômica, mas também adere à ideia de que as consequências sociais devem ser consideradas na determinação de estratégias econômicas (CARROLL, 1991).

Nesse contexto, as últimas décadas revelam esforço para construção de um conceito mais homogêneo acerca da responsabilidade social. Assim, espera-se que estado, empresas e sociedade desempenhem seu papel na busca por ações que promovam o bem-estar social de forma mais equilibrada (CARROLL, 1991).

Considerando que as diversas partes interessadas da organização, os chamados *stakeholders*, se envolvem em suas ações, torna-se necessário que estas dialoguem com a sociedade sobre as questões ambientais e sociais. Nessa realidade, organizações e sociedade devem conhecer a necessidade e os benefícios de ações socialmente responsáveis e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (ABNT NBR ISO 26000).

Conforme a norma ABNT NBR ISO 26000, que apresenta diretrizes sobre responsabilidade social, lançada no Brasil em 08 de dezembro de 2010, o desenvolvimento sustentável tem uma relação íntima com a responsabilidade social, mas são conceitos diferentes. Conforme a referida norma, o último “tem como foco a organização e refere-se às responsabilidades da organização com a sociedade e o meio ambiente”. O primeiro teve seu conceito reconhecido internacionalmente após a publicação, em 1987, do relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, no qual o desenvolvimento sustentável refere-se a satisfazer as necessidades do presente dentro dos limites ecológicos do planeta sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades, portanto, o desenvolvimento sustentável é um conceito mais amplo do que o de responsabilidade social.

A Responsabilidade Social permite que as organizações incorporem conceitos socioambientais em seus processos decisórios, bem como transparência e prestação de contas pelos impactos das suas decisões e ações na sociedade e no meio ambiente. Isso implica em mudanças de comportamento, traduz-se numa atuação ética e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável e que esteja em conformidade com as leis. Implica, também, no envolvimento de toda organização, de forma a ser praticada em suas relações e que considere os interesses das partes interessadas (ABNT NBR ISO 26000).

Ainda em referência à norma ABNT NBR ISO 26000, a responsabilidade social apresenta-se como uma forma de conduzir as ações de todos os tipos de organização. Isso se deve ao fato de que todas as organizações estão sujeitas a uma investigação mais criteriosa

por parte de suas diversas partes interessadas, em relação à sociedade em que está inserida e ao seu impacto no meio ambiente.

A responsabilidade social tem suas origens no papel das organizações e seu contexto social, contudo, o debate centrou-se de forma mais intensa naquelas que atuam no campo lucrativo, de qualquer forma, não apenas essas poderiam ter uma atuação mais equilibrada com o contexto social, todas as organizações, sejam elas lucrativas ou não, públicas ou privadas, poderiam e deveriam repensar sua forma de atuação buscando condutas que minimizassem seus impactos negativos no tecido social.

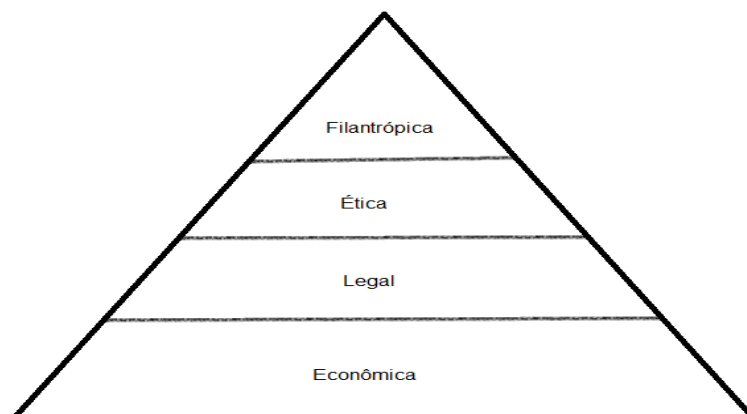
3.2. Responsabilidade social: a pirâmide de Carroll

Durante a revolução industrial, no início do século XIX, as empresas estavam preocupadas principalmente com sua função econômica de gerar lucros. Com o passar do tempo, alterações surgiram na relação empresa/estado/sociedade no sentido de considerar as consequências sociais de suas atividades (CARROLL, 1991).

Uma tentativa de diminuição da distância que havia entre o papel econômico e outras expectativas em relação a organização foi apresentada por Carroll (1979), que culminou numa proposta de definição de responsabilidade social que abrange as expectativas da sociedade, quais sejam: filantrópica/discricionária, legal, ética e econômica (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

Conforme CARROLL (1991), estas quatro categorias ou componentes da Responsabilidade Social Corporativa podem ser descritas como uma pirâmide (Figura 1). A seguir, faremos uma reflexão sobre cada uma delas.

Figura 1 - Dimensões da Responsabilidade Social, modelo de Carroll (1991).



Fonte: Adaptado de Carrol, 1991, 2003.

3.2.1. Responsabilidade Econômica

Ao longo da história, organizações são criadas como entidades econômicas com intuito de fornecer produtos e serviços para a sociedade. O empreendedorismo tinha como principal incentivo o lucro. O papel principal das empresas era a obtenção do lucro por meio da produção dos bens e serviços que os consumidores precisavam e queriam. Em um dado momento, essa ideia do lucro foi transformada em uma noção de lucros máximos. Assim, as outras responsabilidades se baseiam sobre a responsabilidade econômica, pois sem ela se tornariam questionáveis (CARROLL, 1991).

3.2.2. Responsabilidade Legal

As empresas, ao mesmo tempo, em que baseiam suas atividades no lucro, precisam cumprir leis e regulamentos advindos dos governos, federal, estadual e governos locais, como regra para atuarem. Como parte de um “contrato social” entre empresas e a sociedade, espera-se que as empresas cumpram suas atividades econômicas no âmbito da lei. Essa responsabilidade legal reflete uma visão da ética, pois incorporam a noção de operações justas, conforme a legislação estabelece (CARROLL, 1991).

3.2.3. Responsabilidade Ética

Embora a responsabilidade econômica e legal se baseie em normas éticas na promoção da justiça e da equidade, a responsabilidade ética envolve aquelas ações que, apesar de não estarem previstas em lei, são esperadas ou proibidas por membros da sociedade. Assim, essa responsabilidade considera padrões, normas ou expectativas que os consumidores, empregados, acionistas e comunidade consideram como justo, ou de acordo com o respeito ou proteção dos direitos morais desses (CARROLL, 1991).

Nesse sentido, a ética pode preceder o estabelecimento da lei porque pode motivar a criação de leis e regulamentos por meio de movimentos de consumidores que criem valores sociais que resultem em legislação posterior (CARROLL, 1991).

Além disso, a responsabilidade ética pode ser vista como aquela que atende normas e valores da sociedade, mesmo que tais valores e normas reflitam num alto padrão além daquele exigido por lei, o que pode ser difícil para organizações lidar (CARROLL, 1991).

3.2.4. Responsabilidade Filantrópica

A filantropia compreende aquelas ações da organização que atendam às expectativas da sociedade, no tocante ao bem-estar social, por meio de atos ou programas que o promovam. A sociedade deseja que as empresas promovam essa filantropia, entretanto, se elas não a fazem, não são consideradas antiéticas, por isso é importante distinguir a responsabilidade ética da filantrópica. Isso porque a filantropia é mais discricionária ou voluntária por parte das empresas, embora sempre exista a expectativa social de que as empresas possam fornecê-la (CARROLL, 1991).

É importante ressaltar que houve críticas a esta proposta, que culminou em um novo modelo que será apresentado a seguir. Apesar do modelo das quatro categorias de Carroll ter sido utilizado por muitos teóricos, o novo modelo traz críticas a ele e apresenta três problemas que serão discutidos a seguir (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

O primeiro é o uso de uma pirâmide para descrever as relações entre os quatro componentes do modelo. Argumenta-se que o uso de uma pirâmide pode ser confuso ou inadequado para algumas aplicações. A pirâmide pode levar a uma ideia de hierarquia das dimensões, de modo que a dimensão no topo da pirâmide seria mais importante que as demais, enquanto a dimensão na base do desenho seria a menos importante. Assim esse tipo de estrutura pode levar a uma má interpretação das prioridades das quatro dimensões, e ainda, não deixa claro quanto a possibilidade de sobreposição das dimensões (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

O segundo problema é o uso de uma categoria independente para a filantropia. Nesse contexto, pode parecer confuso e desnecessário para alguns. O próprio Carroll reconhece que de fato pode ser impreciso ou um equívoco chamar esta categoria de “responsabilidade” tendo em vista sua natureza voluntária. Isso porque a filantropia não é considerada um dever ou responsabilidade social das empresas, configura-se em algo apenas desejável (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

O novo modelo propõe que tal categoria seria mais bem alocada na responsabilidade ética ou econômica. O argumento utilizado é o de que às vezes é difícil distinguir entre

filantropia e ações éticas, pois estas promovem o bem-estar público, e que as atividades filantrópicas podem simplesmente basear-se em interesses econômicos (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

O terceiro problema é o desenvolvimento teórico incompleto das dimensões econômica, jurídica e ética. A crítica é que existe uma discussão superficial que limita o fundamento teórico que é necessário para utilizar o modelo em certos estudos empíricos e para fins de ensino (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

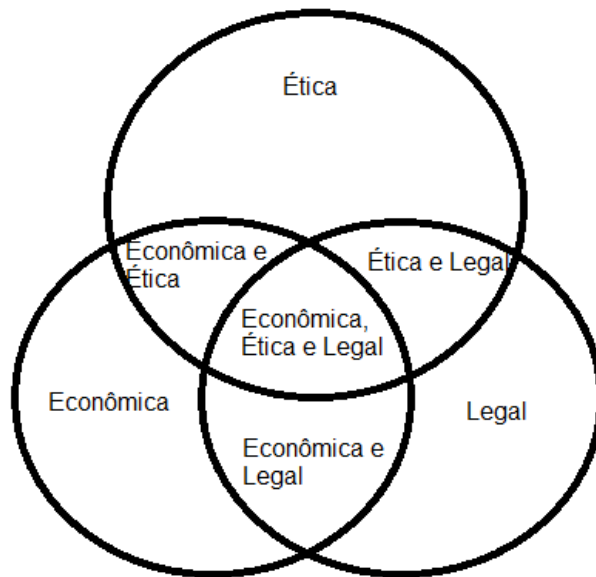
A partir do modelo das quatro dimensões de Responsabilidade Corporativa de Carroll, foi proposto um novo modelo que é uma abordagem alternativa para conceituar a responsabilidade social. Trata-se de uma abordagem em três dimensões, quais sejam: econômica, legal e ética. Ainda, sete categorias são produzidas a partir da sobreposição dessas três dimensões fundamentais (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Cada dimensão foi descrita no tópico anterior quando apresentamos o modelo das quatro dimensões de Carroll.

3.3. As três dimensões da responsabilidade social e suas sobreposições

O modelo das três dimensões de responsabilidade social é composto por três áreas: econômica, legal e ética. Estas categorias são definidas no modelo das quatro partes de Carroll, com a ressalva de que aqui a categoria filantrópica é absorvida pelas dimensões ética e /ou econômica. Além disso, no novo modelo, as dimensões são desenvolvidas de forma mais completa, tanto em relação ao que cada um significa quanto em relação à sobreposição dos domínios que agora são representados num formato de diagrama de Venn, assim, o modelo sugere que nenhuma das três dimensões é mais importante que as outras (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Figura 2 - Dimensões da Responsabilidade Social, modelo de Schwartz, Carroll (2003).



Fonte: Adaptado de Schwartz, Carrol (2003)

Será apresentada a seguir cada dimensão, uma discussão sobre o modelo e suas limitações.

3.3.1. Dimensão Econômica

As ações desta dimensão tanto podem ser diretas quanto indiretas. As atividades diretas incluem aquelas destinadas a aumentar vendas ou evitar ações legais; as indiretas, por sua vez, são projetadas para melhorar a imagem pública da empresa. Assim, qualquer atividade que venha a trazer melhoria dos lucros ou valor das ações é considerada economicamente motivada (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

A atuação de uma organização é, na grande maioria das vezes, motivada pelo econômico. Entretanto, pode haver atividades que não se destinem a maximizar lucros ou minimizar perdas, não seja puramente econômica ou, ainda, pode ser que estejam apenas cumprindo alguma legislação sem considerar as possíveis consequências econômicas para a empresa. Em termos de resultado, apesar de uma motivação não-econômica, a atividade pode produzir um declínio nos lucros ou no valor das ações, ou ainda pode indicar que houve alguma decisão falha e, ainda assim ser considerada dentro da dimensão econômica (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.2. Dimensão Legal

A dimensão legal da responsabilidade social diz respeito a capacidade da empresa atender expectativas legais obrigatórias e esperadas pela sociedade, que se apresentam em legislações federais, estaduais e municipais. Assim, a legalidade das ações das empresas pode ser vista em três categorias: cumprimento, prevenção de contencioso e antecipação da lei. Essa primeira categoria pode ainda ser subdividida em três tipos: passiva, restritiva e oportunista. O primeiro tipo é aquele em que a empresa está fazendo o que quer e está dentro da lei, pode-se dizer que seria um cumprimento “acidental” da lei ou de maneira passiva. O autor apresenta como exemplo o cumprimento da legislação de trânsito, em que a empresa respeita o limite de velocidade não porque é lei, mas porque é seguro fezê-lo. Se a empresa trabalha dessa forma, devido à sua natureza não-intencional, ela está agindo fora da dimensão legal (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

O segundo tipo refere-se ao caráter restritivo do sistema legal, de limitar ou modificar o comportamento, o autor ilustra como exemplo alguém que está com pressa, mas que respeita o limite de velocidade estabelecido em lei, agindo assim de modo intencional. Outro exemplo é a empresa querer poluir em níveis elevados, mas não o fazer em virtude de legislação ambiental (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

O terceiro tipo é o cumprimento de maneira oportunista. Há dois modos de cumprimento oportunistas: em primeiro lugar, uma corporação pode buscar e tirar proveito de brechas na legislação para ser capaz de desenvolver determinadas atividades. Nesses casos, considera-se que a corporação está cumprindo a letra da lei, mas não o espírito da lei. Em segundo lugar, uma corporação pode escolher para operar em um determinado local por suas normas legais serem mais frágeis. Nesse caso, a empresa baseou a sua decisão sobre o sistema legal, e ainda está tecnicamente em conformidade com a lei. Existem corporações que decidem operar em países em desenvolvimento por terem legislações ambientais, do trabalho e do consumidor menos rigorosas, assim tratando o negócio de forma oportunista (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

A segunda categoria legal apresentada no modelo é da prevenção de contencioso. São ações motivadas pelo desejo de evitar possíveis litígios, assim, as empresas podem recolher produtos ou cessar atividades que não sejam ambientalmente adequadas. Empresas que atuam, apesar de cientes de que provavelmente serão processadas, cairiam fora da dimensão legal, apesar de estar em conformidade com as leis e regulamentos. Empresas assim, muitas

vezes, se envolvem em uma estratégia defensiva legal em que tentam resolver todas as questões legais (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

A terceira categoria legal é a da antecipação de mudanças na legislação. Mudanças na legislação em outras jurisdições muitas vezes servem como indicação de futura legislação semelhante em sua jurisdição. Assim, as empresas podem antecipar-se em atividades que ajudem a prevenir ou abrandar o ritmo da nova legislação a ser promulgada (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Nesse contexto, atividades que ocorrem apesar de uma consciência de não-conformidade com a lei, de uma consciência real ou potencial descuido, ou do cumprimento meramente passivo da lei, cairiam fora da dimensão legal (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.3. Dimensão Ética

A dimensão ética refere-se àquelas ações da empresa que atendem às expectativas da população em geral e são relevantes para as partes interessadas. Correspondem às responsabilidades éticas do negócio. Este modelo amplia e aprimora o conceito de dimensão ética de Carroll, incluindo apenas três padrões éticos gerais: convencional, consequencialista e deontológico (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Neste novo modelo, o padrão das convenções são normas que tenham sido aceitas pela organização, a indústria, a profissão ou sociedade como necessárias para o bom funcionamento do negócio. A sociedade, os acionistas, funcionários, consumidores, concorrentes, fornecedores e comunidade local, todos são partes interessadas, além dos cidadãos em geral. As normas sociais podem variar dependendo do ponto de referência dos diferentes grupos de interessados. Para minimizar esta limitação, e para melhorar a aplicação prática da norma, deve ser feita referência aos códigos formais de conduta ou ética para determinar se uma empresa está agindo eticamente de acordo com o padrão convencional (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Em virtude de muitas objeções e preocupações que têm sido levantadas pelos filósofos ao uso de relativismo para fornecer uma justificativa moral para ações de um indivíduo ou organização, o padrão convencional é relevante para os fins da dimensão ética apenas no que diz respeito aos códigos formais de conduta ou ética que estejam fundamentadas em uma ou ambas as normas éticas quais sejam a consequencialista e deontológica (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

O consequencialista, como o próprio nome já apresenta, centra-se em consequências. Embora existam vários tipos de consequencialismo para efeitos do domínio ético, a ação moralmente certa a fazer é aquela que promove o bem das pessoas. Assim, inclui tanto o egoísmo, promoção do bem de um indivíduo, como o utilitarismo, promoção do bem da sociedade. Embora o egoísmo possa ser utilizado como justificativa para a dimensão econômica, o utilitarismo é considerado relevante para os efeitos do domínio ético em seu padrão consequencialista (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Diante do exposto, uma ação é considerada ética de acordo com o consequencialismo quando se promove o bem da sociedade, ou, mais especificamente, quando a ação destina-se a produzir o maior benefício líquido (ou mais baixo custo líquido) para a sociedade quando em comparação com todas as outras alternativas (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Já o padrão deontológico, em vez de focar sobre as consequências das ações, é caracterizado pelo dever ou obrigação de fazer algo. O modelo das três dimensões utiliza essa categoria dos princípios deontológicos porque abrange uma gama de possibilidades éticas sugeridas na literatura como dever-base da natureza. Os exemplos incluem: doutrina religiosa (ver Herman 1997; De George 1999: 80); Imperativo categórico de Kant (Kant 1988); Obrigações de Ross (Ross 1930); ou valores fundamentais mais específicos, como confiabilidade (ou seja, a honestidade, a integridade, confiabilidade, lealdade); responsabilidade (ou seja, prestação de contas); inquietação (isto é, evitar danos desnecessários); e cidadania (a saber, ajudar a comunidade, proteger o meio ambiente) (Josephson 1997) (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Atividades cairiam fora da dimensão ética quando amorais (ou seja, quando existe desconhecimento ou indiferença para com a moralidade da ação), realizarem-se apesar de uma consciência de que a ação conflita com certos princípios morais (isto é, não são éticas), ou são destinadas apenas para produzir um benefício líquido para a empresa e não para as partes interessadas (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.4. Domínios sobrepostos

Uma das principais características do modelo das três dimensões é a sua representação em um diagrama de Venn que possibilita a sobreposição das dimensões econômica, legal e ética, e que resulta em sete categorias. A sobreposição ideal encontra-se no centro do modelo em que as responsabilidades econômicas, jurídicas e éticas são simultaneamente satisfeitas.

Entretanto, as demais sobreposições também devem ser exploradas e ilustradas, porque podem representar situações que as empresas podem enfrentar em seus negócios (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Cada uma das sete categorias será descrita e ilustrada conforme o modelo de Schwartz, Carrol (2003).

3.3.5. Categoria puramente econômica

Nesta dimensão se enquadram aquelas atividades que são unicamente de natureza econômica, que são ilegais ou cumprem a lei de forma passiva, que são amorais ou antiéticas (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

Outras empresas que se enquadram nesta categoria estão passivamente cumprindo a lei, mas estão agindo de forma antiética por motivos econômicos (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

3.3.6. Categoria puramente legal

As ações corporativas que não são consideradas éticas e não têm, direta ou indiretamente, benefício econômico estão nesta categoria (SCHWARTZ, CARROLL, 2003).

3.3.7. Categoria puramente ética

Aqui se apresenta qualquer atividade puramente ética que não tem, direta ou indiretamente interesses econômicos ou implicações jurídicas. As atividades são realizadas considerando a ética com base em pelo menos um princípio moral. A explicação para essas atividades pode, de alguma forma, estar ligada a longo prazo aos benefícios econômicos indiretos (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

É difícil encontrar e defender práticas corporativas que ilustram motivos puramente éticos, porque é impossível conhecer plenamente todos os motivos que fazem parte de uma decisão e suas consequências (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.8. Categoria econômica e ética

Nesta categoria estão aquelas empresas que não se baseiam em considerações jurídicas, mas nas dimensões ética e econômica ao mesmo tempo (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Assim, as empresas que estão nesta categoria vão além dos interesses econômicos e baseiam-se na ética, convencional, consequencialista e deontológica, explicadas anteriormente. Quase todas as atividades desta categoria cumprirão a lei de forma passiva, pois quase todas as atividades ilegais seriam também consideradas antiéticas (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.9. Categoria econômica e legal

Poucas atividades que as empresas desenvolvem seriam tanto econômicas e legais e ao mesmo tempo consideradas antiéticas. Entretanto, existem situações em que as empresas estão nessa categoria, mas são consideradas antiéticas, por exemplo, as empresas que se instalam em países em desenvolvimento que têm legislações ambientais falhas como forma de obter vantagem (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.10. Categoria legal e ética

Algumas atividades corporativas são desenvolvidas não em virtude de benefícios econômicos, mas porque são legalmente exigidas e são éticas. A exemplo da instalação de dispositivos anti-polução em indústrias devido a legislações ambientais que restringem a ação da empresa. Essa instalação também é considerada ética, mas não traz benefícios econômicos de longo prazo (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Algumas atividades nesta categoria muitas vezes fornecem benefícios econômicos indiretos (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.11. Categoria econômica, legal e ética

Esta categoria é a ideal para as empresas, ou a categoria econômica e ética (desde que cumpra a legislação de forma passiva), pois nela as empresas executariam as três dimensões, cumpririam a legislação até mesmo se antecipando a ela, agindo de forma ética e ainda alcançariam seu principal objetivo, o lucro (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.3.12. Limitações do modelo

Em virtude das características muitas vezes entrelaçadas das três dimensões, alguns podem questionar como é possível identificar um modelo puramente econômico, puramente legal ou puramente ético. Apesar de o modelo tentar criar distinções por meio de categorias puras, poderá ainda carregar um ou outro aspecto de outra dimensão. Assim, uma ação puramente econômica pode ainda estar em conformidade com a lei, embora não esteja destinado a isso e ainda ser suportada pelo padrão ético do egoísmo de modo a atender os interesses da corporação (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

Existe a dificuldade também quanto à definição dos padrões éticos e legais para aplicar, para avaliar as motivações de uma corporação multinacional. Isso porque muitas vezes a empresa pode até estar operando em conformidade com a lei e em conformidade com as convenções nacionais, mas se utiliza do oportunismo em países em que existe legislação ambiental falha (SCHWARTZ, CARROL, 2003).

3.4. Responsabilidade social: conceitos e críticas

Embora se trate de um fenômeno relativamente recente, a responsabilidade social se revela em seu percurso como uma filosofia que está sendo inserida nos modelos de gestão das empresas como forma de manterem-se firmes e atuantes no mercado (ALVES, 2003).

Para refletir sobre esse tema, é necessário estabelecer relações entre as ações executadas pelas empresas e seus reflexos tanto internos quanto externos, entendendo até que ponto afetam a vida das pessoas da comunidade e do ambiente (ALVES, 2003).

Não podemos negar a parcela de contribuição das empresas na vida das pessoas, na criação da riqueza humana, no desempenho do sistema econômico, como fonte de progresso econômico e bem-estar social. Por outro lado, como resultado de suas ações também surgem consequências negativas, como poluição ambiental, prejuízos à saúde humana e animal, desvios na ordem de conduta moral e abuso de poder econômico. Esses se configuram no custo social que há para obtenção das vantagens decorrentes da existência das empresas. (ALVES, 2003).

3.5. Universidade no Brasil: histórico

O ensino superior no Brasil procura superar entraves desde sua chegada até os dias atuais. Teve sua chegada tardia, em virtude de Portugal não permitir a instalação de instituições de nível superior, com o objetivo de não disseminar ideias a favor da independência e também por falta de recursos para manter essas instituições na colônia (CUNHA, 2000).

Foi um longo percurso até a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, que assumiu o status de universidade duradouramente. A Universidade do Rio de Janeiro serviu de modelo para a quase totalidade das que foram criadas posteriormente, utilizando como procedimento a reunião de faculdades profissionais preexistentes (CUNHA, 2000).

Embora tenha existido avanço na criação das universidades, não houve evolução nas práticas administrativas, como o conselho Universitário, que era um órgão mais simbólico do que efetivo formado pelos diretores das faculdades e por dois professores catedráticos. Cada faculdade recebia seus recursos, os diretores eram ainda escolhidos pelo presidente da República, assim como o Reitor (CUNHA, 2000).

O processo de modernização do ensino superior teve início pelo Estado, sobretudo pelo segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1947, na tentativa de sintonia entre a educação e as necessidades de desenvolvimento econômico e social do país. Esse movimento iniciado pelo ITA teve seu ápice com a criação da Universidade de Brasília, em 15 de dezembro de 1961. (CUNHA, 2000)

Ainda que diante desse avanço, na primeira metade dos anos 60, as universidades encontravam-se em situação de saturação, que culminou no Decreto-lei 53/66, que não trouxe transformações, pois tratou apenas do caráter organizacional das universidades. Assim, no intuito de mudar a estrutura administrativa e política vigente, em 1968 foi lançado o Decreto 5.540/68, mais conhecido como Lei de Reforma Universitária, resultado do processo de federalização das instituições de ensino superior, das constantes críticas à política universitária e do desenvolvimento do movimento estudantil (CUNHA, 2000).

Apesar dessa reforma, que permitiu uma ampliação do acesso a cursos superiores, recursos foram aumentados e promoveu-se o desenvolvimento de programas de pós-graduação. A reforma trouxe outras grandes consequências, das quais destacamos: as aposentadorias compulsórias, demissão de reitores, além de estender o controle policial ao currículo e aos programas das disciplinas (CUNHA, 2000).

Assim, percebe-se que, desde o início, as instituições de ensino superior sofriam intervenções direta ou indiretamente do Governo no seu percurso. É evidente que o Regime Militar interferiu de forma bem mais acentuada do que anteriormente (CUNHA, 2000),

Com a exaustão do regime militar na década de 80, a universidade foi protagonista e ao mesmo tempo beneficiária das ações pela redemocratização do país. Os estudantes recuperaram seu espaço. Os professores e técnico-administrativos criaram suas entidades sindicais, desenvolvendo sua atuação política. Os programas de pós-graduação atingiram um padrão de ensino e pesquisa que permitia uma análise de qualidade das políticas governamentais em seus diversos campos (CUNHA, 2000).

Com a constituição de 1988, em seu artigo 207, as universidades passaram a instituições onde ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se de modo indissociado. Esse momento, também conhecido como período de redemocratização do Brasil, foi uma fase muito difícil na qual o sistema universitário público do país sofreu muito com a crise econômica que se abateu sobre a América Latina e com a crise política paralela ao processo de abertura democrática. Especialmente para o sistema federal de ensino superior, foram anos de subfinanciamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, freqüentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

Na década de 90 não foi muito diferente, privatização era a palavra de ordem, associada à política econômica de influência predominantemente neoliberal, característica dos governos “Collor” e “FHC”, fundamentados no tripé: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

Nos anos seguintes, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a expansão das instituições federais de ensino superior se destacou por ter sido colocada como uma das principais metas do governo. Essa expansão é visível no expressivo aumento do número de vagas e oferta de cursos em decorrência do programa de expansão das universidades públicas federais e da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O programa iniciou-se em 2003, através da interiorização dos campi das universidades federais. Como resultado, o número de municípios atendidos passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão, foram criadas 14 novas universidades e mais 100 novos campi (SITE REUNI).

Nesse sentido, o Brasil tem buscado a superação dos entraves no ensino superior. Seria enganoso afirmar que não houve avanços, mas ainda há muito a fazer. Pode-se afirmar que a

recente expansão das universidades públicas federais configura-se como um importante passo na busca pela democratização do acesso ao ensino superior (SOBRINHO, 2010).

3.6. Extensão universitária

As primeiras ações de extensão no Brasil foram realizadas através de cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911. E, ainda, as prestações de serviço na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920. Assim, pode-se afirmar que as práticas de extensão universitária no Brasil coincidem com a criação do ensino superior (FORPROEX, 2012).

O movimento dos estudantes, reunidos na União Nacional do Estudantes (UNE), na década de 1950 e 1960, apesar de organizar ações culturais e políticas, demonstrar compromisso social e procurar uma ação interprofissional, pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Apesar de ser um dado aparentemente contraditório, quando instalada a ditadura militar é que foram promovidas as reformas de base tão almejadas. Foram três iniciativas no contexto da educação: a criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), a criação do projeto Rondon e a terceira refere-se ao lançamento da Lei da Reforma Universitária pelo Decreto 5.540/68 (FORPROEX, 2012).

O referido decreto, em seu artigo 20, estabelece uma importante iniciativa ao afirmar que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”. Em seu artigo 40, o decreto institui a extensão nos seguintes termos:

As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (...)

Na década de 1970, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, que teve como atribuição propor medidas destinadas à institucionalização e ao fortalecimento da Extensão Universitária. O resultado disso foi a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que só foi levada a termo em 1974. Uma das primeiras produções da CODAE foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que definia a extensão como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, objetivando a troca

de saberes acadêmico e popular. Nesse sentido, houve avanço na concepção de extensão em relação à década anterior (FORPROEX, 2012).

Os resultados do Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do Regime Autoritário, indicando o despertar da sociedade civil e da sociedade política brasileiras, no final da década de 1970 e início da de 1980 para o contexto da época, o qual estava envolto por movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais, que culminaram em reformas na legislação partidária, permitindo a criação de novos partidos políticos (FORPROEX, 2012).

O reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, revelam-se marcos importantes, pois propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

O I Encontro Nacional do FORPROEX conceituou a extensão universitária da seguinte forma:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Atualmente, a Extensão Universitária é realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço, elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos. Tais ações são sistematizadas de acordo com as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (FORPROEX, 2012). E devem ser classificadas em áreas do conhecimento, tendo por base as definidas pelo CNPq: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia/Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, e Letras e Artes.

A extensão deve ainda ser pautada em diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão, que devem estar presentes em todas as ações de extensão. Conforme FORPROEX (2007, p. 18), elas podem ser expressadas em quatro eixos:

Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e à diversidade da

realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos os seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;

Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão; **interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estructure o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e interrelação de organizações, profissionais e pessoas;

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz, abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos.

Tem-se procurado, através da extensão, colocar em prática o exercício da função social da universidade, sendo tal procura manifestada na trajetória da extensão universitária no país. Nas palavras de Silva (2003, p. 15):

(...) a extensão passou a ser tratada como o espaço específico, existente na universidade por onde seria possível aplicar a estratégia criada em relação ao mundo social e externo à instituição. Além de ser uma questão legal, presente nas Constituições desde os anos 1970, a extensão, indissociável do ensino e da pesquisa, seria a expressão da natureza do fazer universitário, uma atividade que deveria consolidar-se devido à necessidade de dar respostas aos desafios a ela colocados, tornando-a eficiente, mais democrática e popular.

Nas palavras de Ribeiro (2012, p. 183):

(...) a extensão universitária é uma ação conscientizadora, crítica, contínua, pertinente, participativa, integradora, transformadora, criativa, ética, sistemática, formativa, dialógica e autogestiva. Tais características podem ser percebidas quando: cada indivíduo se considera como um agente de mudança; o envolvimento é permanente e a comunicação é dialógica; as ações dão respostas precisas às

necessidades do sistema social; a instituição é autônoma e as pessoas valorizam a busca do bem comum. Daí a importância da extensão universitária enquanto uma das dimensões da Responsabilidade Social Universitária.

Diante do importante papel atribuído à extensão enquanto dimensão da Responsabilidade Social Universitária, torna-se necessária sua consolidação na busca por meios para que sua execução aconteça do modo mais democrático e popular, atendendo às necessidades da comunidade.

3.7. Responsabilidade social, universidade e extensão

Desde sua fundação, a universidade é uma instituição social. Ela exprime as peculiaridades da sociedade caracterizadas por meio das opiniões, atitudes e projetos conflitantes que são revelados no interior da instituição universitária (CHAUÍ, 2003).

Fundamentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, espera-se que a Universidade seja capaz de interferir e reinventar-se face aos desafios do mundo moderno, dialogando com a sociedade, de maneira a cumprir sua função social. Para Sobrinho (2005), “uma universidade não está fora, separada, mas está dentro da tecitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interatuações”. Chauí (2001, p. 35) contribui para tal entendimento ao afirmar que:

Ora, a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Embora a instituição universitária esteja apoiada em um tripé indissociável, é comum que seja atribuída à extensão universitária seu elo de ligação mais visível com a sociedade, através da realização de atividades capazes de estabelecer um constante diálogo entre a universidade e a comunidade.

Ainda são muitas as discussões acerca do papel da extensão na universidade e sua relação com a sociedade. Não há no campo acadêmico uma definição consensual sobre extensão universitária no Brasil. Tem-se procurado, através da extensão, colocar em prática o exercício da função social da instituição na promoção de uma universidade direcionada para o mundo social. E, apesar de não ser um tema recente, presente nas constituições desde os anos 1970, exige estudos profundos para entendê-lo (SILVA, 2003).

O instrumento de ligação entre a universidade e a sociedade é a responsabilidade social e, muitas vezes, ela é apontada como uma obrigação da universidade para atender

demandas sociais consistindo em um mecanismo essencial para o desenvolvimento de conscientização sobre as questões ambientais e de proposta de sustentabilidade (RIBEIRO, 2013).

Esse instrumento, muitas vezes relacionado às práticas de extensão da universidade, está em pauta na avaliação da Extensão Universitária de todas as Instituições Públicas do Ensino Superior (IPES), como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cuja preocupação central são os impactos acadêmicos e sociais do ensino superior (FORPROEX, 2012).

Com a criação desse sistema, ficou evidente a importância da promoção da Responsabilidade Social, no âmbito universitário, e esta começou a ganhar espaço nos últimos anos. A referida avaliação contempla as seguintes dimensões: estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (FORPROEX, 2012).

O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, dentre outros aspectos. Configura-se como importante ferramenta de avaliação para os gestores, pois as informações obtidas através do sistema são utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições (INEP, 2015).

A citada norma também destaca a necessidade do direcionamento estratégico das universidades com as demandas da sociedade e define responsabilidade social universitária como a contribuição da IES em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Nesse sentido, torna-se evidente o papel da gestão universitária que deve atuar em conformidade com os preceitos legais estabelecidos (SINAES, 2004).

4. MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Tipo de pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada pesquisa descritiva, que:

Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. (KAUARK, 2010, p. 26)

Quanto ao problema, foi utilizada abordagem qualitativa, que é aquela em que:

O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (KAUARK, 2010, p. 26)

Quanto aos meios de investigação, foi utilizada pesquisa de campo, que para Vergara (2004, p. 47): “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”. E, ainda, pode ser caracterizada como:

(...) aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 186).

Foi utilizada, também, a pesquisa documental que, conforme Vergara (2004, p. 48), é aquela:

(...) realizada no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros”.

Nesta perspectiva é que este trabalho foi desenvolvido, objetivando levantar informações sobre o tema proposto.

4.2. Local da pesquisa

A organização analisada nesta pesquisa é a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, localizada na cidade de Mossoró-RN. É uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada pela Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005 por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), esta por sua vez criada em 18 de abril de 1967 através do Decreto nº 03/67, incorporada à rede federal de ensino superior pelo Decreto nº 1.036, de 21 de outubro de 1969. É Pessoa Jurídica de direito público, dotada de autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar, regendo-se pela legislação federal vigente, por um estatuto, pelo regimento geral e pelas resoluções e normas emanadas dos respectivos Conselhos (UFERSA, 2013).

A Ufersa tem como missão produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (UFERSA, 2013).

Atualmente, a Universidade oferta 21 cursos de graduação no Campus Mossoró, 5 no Campus Angicos, 7 no campus Caraúbas e 7 no campus Pau dos Ferros. A universidade conta também com 7 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 16 cursos de pós-graduação *stricto sensu*. E, ainda, são realizadas várias ações de extensão universitária executadas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço (SITE UFERSA).

4.3. Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos estudados foram aqueles que fizeram parte dos programas/projetos de extensão da Ufersa, envolvendo equipe executora, servidores docentes, servidores técnicos e bolsistas.

No primeiro momento da pesquisa, com o objetivo de dimensionar seu universo, utilizamos como critério que os sujeitos deveriam ter participado dos programas/projetos de extensão da Universidade, no período de 2013 a 2015. A escolha desse período foi determinada por marcar o início do financiamento de ações de extensão com recursos próprios da instituição até os dias de hoje, pois anteriormente tais recursos eram oriundos de editais que pré-determinavam os contornos do projeto de extensão. Entretanto, em entrevista com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), foi identificado que nesse período (devido principalmente à greve ocorrida em 2014) apenas foi executado o Edital 19/2013, que teve 3 (três) programas e 9 (nove) projetos aprovados.

Após consulta aos relatórios dos projetos disponibilizados pela Proec, foi efetuado o levantamento dos integrantes envolvidos nos projetos. Num primeiro momento, a expectativa era de entrevistar todos os envolvidos, mas, à medida que foram sendo feitos os contatos por e-mail, poucos retornaram, dificultando o acesso em tempo hábil.

Diante da impossibilidade de localizar o universo, a escolha dos sujeitos considerou que fossem entrevistados pelo menos um representante de cada segmento participante da atividade de extensão, um docente, um técnico, um bolsista e um externo.

Em um segundo momento foi enviado e-mail para cada coordenador solicitando a lista de participantes e indicação dos membros a serem entrevistados.

Mesmo após vários contatos, não foram obtidas respostas de todos os segmentos. O Quadro 01 demonstra a quantidade de membros dos programas/projetos e os sujeitos entrevistados para facilitar a identificação na análise dos resultados.

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa - Programas.

Identificação dos entrevistados			
Programa	Membros	Entrevistados	Identificação
PROCIÊNCIA- PROGRAMA DE APOIO ÀS FEIRAS DE CIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SEMIÁRIDO POTIGUAR	3 docentes 8 discentes 2 externos 3 técnicos	Servidor Técnico Coordenador Servidor Docente 1 Servidor Docente 2 Servidor Técnico	TECCOOR SERVDOC1 SERVDOC2 SERVTEC
ENGENHEIRANDO(A): PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO	7 docentes 6 discentes 1 técnico 2 externos	Servidor Docente Coordenador	DOCCOOR
EQUIPE PEGAZULS AERODESIGN	2 docentes 19 discentes	Aluno Bolsista	ALUBOL

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quadro 2 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa - Projetos.

Identificação dos entrevistados			
Projeto	Membros	Entrevistados	Identificação
HIDROPONIA DIDÁTICA, SOCIAL E SUSTENTÁVEL NA TERRA DAS CARAUBEIRAS	1 docente 1 técnico 3 discentes	Servidor Docente Coordenador	DOCCOOR
BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	2 docentes 3 discentes	Servidor Docente Coordenador Aluno Bolsista	DOCCOOR ALUBOL
USO DA PESQUISA	2 docentes 10 discentes	Servidor Docente Coordenador	DOCCOOR

CIENTÍFICA NA SENSIBILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A CONSERVAÇÃO DA CAATINGA		Aluno Bolsista	ALUBOL
INSERÇÃO DA COMUNIDADE CARAUBENSE NA UFERSA ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JIU-JÍTSU	Conforme a Proec, este projeto está pendente de relatório final. Assim, não constam dados no sistema sobre ele ainda.	Não conseguimos entrevistados.	
UNIVERSIDADE EM AÇÃO, PROPORCIONANDO ALTERNATIVAS PARA A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DO ÓLEO DE COZINHA	4 docentes 1 técnico 2 discentes	Servidor Coordenador Docente	DOCCOOR
CAPACITAÇÃO EM JAVA	2 docentes 2 discentes	Servidor Coordenador Servidor Docente Vice-Coordenador	DOCCOOR DOCVICECOOR
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS CENTRAL DA UFERSA PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN - EDUCATINGA	2 docentes 4 discentes	Servidor Coordenador Aluno Bolsista Docente	DOCCOOR ALUBOL
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL PARA ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ – RN	1 docente 2 discentes	Não conseguimos entrevista.	
IMAGENS DO SEMIÁRIDO	3 docentes 1 técnico 2 discentes	Entrevistado Coordenador Servidor Técnico Docente	DOCCOOR SERVTEC

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O Quadro 3 demonstra a quantidade de membros e a quantidade de entrevistados de cada projeto:

Quadro 3 - Quantidade de membros e entrevistados.

PROJETO/PROGRAMA	TOTAL DE MEMBROS	ENTREVISTADOS
PROCIÊNCIA	16	6

ENGENHEIRANDO	16	1
EQUIPE PEGAZULS	21	1
HIDROPONIA	5	1
BOAS PRÁTICAS	5	2
USO DA PESQUISA	12	2
INSERÇÃO DA COMUNIDADE	-	-
UNIVERSIDADE EM AÇÃO	7	1
CAPACITAÇÃO EM JAVA	4	2
EDUCAÇÃO	6	2
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL	-	-
IMAGENS DO SEMIÁRIDO	6	3
TOTAL	98	21

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O quadro a seguir explicita os critérios de inclusão e exclusão dos membros dos programas/projetos:

Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão.

Sujeitos da pesquisa	
Critério de Inclusão	Ter participado dos projetos de extensão da Universidade do Edital N° 19/2013.
Critério de Exclusão	Não ter participado dos projetos de extensão da Universidade do Edital N° 19/2013; recusar assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

4.4. Submissão ao comitê de ética

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil no dia 25 de setembro de 2015, e foi aprovado em 23/02/2016. (Apêndice B)

4.5. COLETA DE DADOS

4.5.1. Instrumento de coleta de dados

A entrevista semiestruturada foi o método utilizado para os contatos diretos por se tratar de um instrumento mais flexível.

Marconi & Lakatos (2003, p. 195) enfatizam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

O roteiro das entrevistas foi feito com base nos objetivos específicos.

Quadro 5 – Roteiro das entrevistas – Objetivos específicos.

Objetivos específicos	Estratégia	Perguntas	
1. Traçar o perfil das ações de extensão.	Pesquisa documental: editais, relatórios, Plano Nacional de Extensão e Política Nacional de Extensão.	-	
2. Identificar quais as motivações para a implementação dessas ações de extensão.	Documentos/Entrevista	Docentes/Técnicos	Bolsistas
		Como surgiu a ideia do programa/projeto? O que motivou a construção da ação? A comunidade participou da elaboração das ações de extensão?	Como você tomou conhecimento do projeto? Porque se inscreveu para participar deste projeto de extensão?
3. Verificar quais demandas sociais foram atendidas através dessas ações;	Documentos (aqui foram verificadas quais demandas foram atendidas por meio dos relatórios/prestação de contas do projeto.)	-	

<p>4. Descrever a percepção dos sujeitos (público alvo) das ações de extensão sobre demandas sociais atendidas/ ou não.</p>	<p>Entrevista (aqui foram verificadas que demandas foram atendidas na percepção dos sujeitos por meio de entrevista.)</p>	<p>Na sua opinião, quais demandas sociais foram atendidas através desse programa/projeto?</p> <p>Quem são os envolvidos na ação? Como cada um deles participa?</p> <p>Qual a contribuição da bolsa de extensão na formação do aluno?</p> <p>Os recursos materiais utilizados na execução dos projetos atenderam as necessidades?</p> <p>Que áreas do conhecimento são necessárias para o desenvolvimento do projeto de Extensão? Como essas áreas dialogam? Quais as dificuldades? Quais as potencialidades?</p> <p>De que forma as ações de extensão contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável?</p> <p>De que forma o projeto contribuiu para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade?</p> <p>A participação em ações pode ser computada para integralização curricular, conforme a Política Nacional de Extensão apresenta?</p> <p>Além do recurso do edital existem outros aportes financeiros para execução</p>	<p>Na sua opinião, quais demandas sociais foram atendidas através desse programa/projeto?</p> <p>Quem são os envolvidos na ação? Como cada um deles participa?</p> <p>Você considera que as seleções para bolsas de extensão são adequadas e asseguram igualdade no acesso?</p> <p>A bolsa de extensão contribui para a sua permanência na Universidade/Escola?</p> <p>Contribui(u) para um melhor desempenho Acadêmico?</p> <p>Contribui(u) para a inserção profissional?</p> <p>Os recursos materiais utilizados na execução dos projetos atenderam as necessidades?</p> <p>Proporciona(ou) participar da produção de artigos, livros ou outras produções científicas?</p> <p>Contribui(u) para uma formação integral conciliando teoria e prática?</p> <p>Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão?</p> <p>Você teve a sua participação integralizada</p>
---	---	--	--

		<p>dos projetos?</p> <p>O apoio financeiro é suficiente (bolsas, passagens e outros)?</p> <p>As ações permitem melhora nas condições econômicas dos participantes?</p> <p>A Ufersa se beneficia dessas ações em termos financeiros?</p> <p>Os autores Schwartz e Carrol (2003), apresentam que, para construção do conceito de responsabilidade social, é necessário estabelecer relações entre as ações das organizações e suas consequências sociais e, para isso, ele propõe um modelo de três dimensões: econômica, ética e legal. Na sua opinião, de que forma o projeto de extensão contribui para universidade responder a cada uma dessas dimensões?</p>	<p>curricularmente?</p> <p>Você tem ou teve dificuldade para integralizar créditos pela sua participação?</p> <p>Os autores Schwartz e Carrol (2003), apresentam que, para construção do conceito de responsabilidade social, é necessário estabelecer relações entre as ações das organizações e suas consequências sociais e, para isso, ele propõe um modelo de três dimensões: econômica, ética e legal. Na sua opinião, de que forma o projeto de extensão contribui para universidade responder a cada uma dessas dimensões?</p>
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Para a realização das entrevistas, foram feitos contatos por e-mail com os coordenadores dos programas/projetos que indicaram os membros a serem entrevistados. Aos indicados, foram encaminhados e-mails de solicitação de entrevista. Nesses e-mails, foi informado o motivo do contato, tema do trabalho, nome da aluna e orientadora, e solicitação de sugestão de uma possível data e horário para realização da entrevista (a aluna disponibilizou vários dias da semana e horários).

As entrevistas com os docentes foram realizadas em sua grande maioria nas salas dos próprios docentes na Ufersa. Outras foram realizadas em uma das salas do prédio da Engenharia I do Centro de Engenharias da Universidade.

Já as entrevistas com os alunos foram realizadas na sala em que funciona o auditório da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade e também em uma das salas do prédio da Engenharia I do Centro de Engenharias da Universidade.

Foram encontradas algumas dificuldades, pois algumas pessoas marcaram e não compareceram ao local para realização da entrevista. Entretanto, a maioria compareceu.

Essas coletas foram realizadas em diferentes dias, dependendo da disponibilidade dos entrevistados. Ao todo, foram mais de quatro meses do início das entrevistas até sua finalização. As entrevistas foram gravadas em aparelho celular da aluna pesquisadora e posteriormente transcritas. Quanto às transcrições, algumas foram realizadas ao término de cada entrevista, mas em sua maioria foram realizadas ao final da etapa de entrevistas.

Além das entrevistas, foi realizada também pesquisa documental por meio de consulta ao SIGAA e aos relatórios finais dos programas/projetos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e, ainda, consulta ao Plano Nacional e Extensão e Política Nacional de Extensão no sítio do Fórum Nacional de Pró-Reitores na internet. Foram analisados os projetos de extensão financiados pela Ufersa por meio do Edital N° 19/2013.

Essa análise documental, além de fornecer dados específicos do projeto no que se refere ao seu objetivo e metodologia, também indicou os sujeitos participantes do projeto.

4.6. Análise dos dados

A análise dos dados, coletados através de pesquisa documental e entrevista, foi interpretativa, pois conforme Vergara 2004, p. 61:

Quando se está desenvolvendo uma investigação a partir do relato de pessoas e da leitura de documentos por elas produzidos, torna-se, portanto, fundamental uma postura interpretativa. Através dela, será possível chegar ao significado a ser compreendido, ao que está "por trás" de expressões exteriorizadas.

A partir do material coletado, foi feita a análise por meio de uma conexão entre este e a teoria na qual este trabalho se baseia, a saber as três dimensões da responsabilidade social de Schwartz e Carroll (2003): econômica, ética e legal e suas sobreposições.

Esta análise/interpretação foi feita quando a fase de coleta de dados estava concluída.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados foram analisados com base nos objetivos específicos. A estrutura é a seguinte: apresentação do objetivo específico; em seguida, a análise de cada projeto; e, ao final, análise dos resultados com o objetivo geral.

A seguir, será descrito o primeiro objetivo específico e os resultados de cada projeto dele decorrente.

5.1 Perfil das ações de extensão

As ações de extensão estudadas foram aquelas referentes ao Edital N° 19/2013. Nele, foram aprovados 3 (três) programas e 9 (nove) projetos.

Para a construção do quadro 05, foram observados os relatórios de cada programa/projeto disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Os itens do quadro referem-se à identificação que usaremos para cada projeto/programa no decorrer desta análise, o título de cada projeto, a área temática, a área do conhecimento, o objetivo e o público atendido.

Apesar de sua construção ter sido um dos primeiros passos e que tenha sido iniciado mesmo antes das entrevistas, foi finalizado em etapa subsequente quando todas as entrevistas estavam concluídas.

Quadro 6 – Perfil das ações de extensão da Ufersa do Edital N° 19/2013 - Programas.

IDENTIFICAÇÃO	TÍTULO	ÁREA TEMÁTICA	ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPQ)	ORÇAMENTO	OBJETIVO	PÚBLICO ATENDIDO
PROGRAMA 1	PROCIÊNCIA - PROGRAMA DE APOIO ÀS FEIRAS DE CIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SEMIÁRIDO POTIGUAR	EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS HUMANAS	10.000,00	Tem como finalidade integrar estudantes universitários de diversos campi da Ufersa com alunos de ensino médio, através do interesse pela ciência, visando estimular a participação dos jovens de escolas públicas em feiras de ciências.	Interno: Professores, Discentes e técnicos administrativos em educação de todos os campi. Externo: Professores e alunos da educação básica de escolas públicas do estado do Rio Grande do Norte.
PROGRAMA 2	ENGENHEIRANDO(A): PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	ENGENHARIAS	10.000,00	Executar ações que complementem a formação do futuro engenheiro de produção, por meio de projetos múltiplos ligados à área de atuação do egresso, fornecendo elementos para desenvolvimento e fortalecimento das competências profissionais, pessoais e acadêmicas do mesmo, além do fomento às atividades empreendedoras e de protagonismo social da região onde o Campus de Angicos atua.	Interno: Discentes da Ufersa Campus Angicos, com foco nos discentes do curso de Engenharia De Produção. Externo: Comunidade da região.

PROGRAMA 3	EQUIPE PEGAZULS AERODESIGN	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	ENGENHARIAS	9.669,00	Propiciar difusão e intercâmbio de técnicas e conhecimentos de Engenharia Aeronáutica entre estudantes e futuros profissionais da engenharia da mobilidade, através de aplicações práticas e da competição entre equipes.	Interno: estudantes do curso de engenharias e bacharelado em Ciência e Tecnologia. Externo: comunidade local, estudantes do ensino médio e fundamental das escolas públicas e particulares da cidade de Mossoró.
------------	----------------------------	-----------------------	-------------	----------	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quadro 7 – Perfil das ações de extensão da Ufersa do Edital N° 19/2013 - Projetos.

IDENTIFICAÇÃO	TÍTULO	ÁREA TEMÁTICA	ÁREA DO CONHECIMENTO	ORÇAMENTO	OBJETIVO	PÚBLICO ATENDIDO
---------------	--------	---------------	----------------------	-----------	----------	------------------

PROJETO 1	HIDROPONIA DIDÁTICA, SOCIAL E SUSTENTÁVEL NA TERRA DAS CARAUBEIRAS	MEIO AMBIENTE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	3.992,61	Como forma de enfrentamento e conscientização sobre o problema de escassez de recursos naturais, mais especificamente água e solo, a problemática da destinação final de resíduos sólidos, bem como o problema da deficiência de itens como verduras e legumes na dieta das crianças e adolescentes das escolas públicas de Caraúbas-RN, foi idealizado o desenvolvimento, construção e manutenção de hortas hidropônicas feitas a partir de garrafas PET e madeira serrada reutilizadas, junto com as crianças e adolescentes das escolas públicas da cidade de Caraúbas RN.	Interno: Alunos de todos os períodos do BCT com foco na química e biologia da produção em hidroponia. Externo: Alunos do ensino fundamental e básico da rede pública de ensino no município de Caraúbas participantes da AABB comunidade.
PROJETO 2	BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	MEIO AMBIENTE	OUTRA	3.994,00	Desenvolver quatro ações (I Seminário de Gestão de Logística Sustentável da Ufersa, Programa de Educação Continuada, Programa de Monitoramento da Coleta Seletiva Solidária e elaboração de Cartilha para Boas Práticas Sustentáveis), que juntas poderão otimizar a implementação das boas práticas sustentáveis na Ufersa visando a aplicabilidade da legislação vigente (e.g., Lei 6.938/1981; Lei 12.305/2010; Decreto 5.940/2006 e Instrução Normativa nº 10/2012) e uma maior proximidade da rotina institucional com os pilares do desenvolvimento sustentável.	Interno: Docentes, discentes e técnicos administrativos. Externo: catadores de materiais recicláveis de Mossoró.
PROJETO 3	USO DA PESQUISA CIENTÍFICA NA SENSIBILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A CONSERVAÇÃO DA CAATINGA	EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4.000,00	Utilizar a pesquisa científica em ecologia e conservação de espécies para a sensibilização de adolescentes da educação formal quanto ao valor da biodiversidade da Caatinga e a importância da conservação deste bioma natural.	Interno: Discentes do Curso de Graduação e Pós-graduação em Ecologia. Externo: Alunos do Ensino Médio do Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana.

PROJETO (Não está numerado, pois não houve dados documentais e entrevistas para a pesquisa)	INSERÇÃO DA COMUNIDADE CARAUBENSE NA UFERSA ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JIU-JÍTSU			3.900,00		
PROJETO 5	UNIVERSIDADE EM AÇÃO, PROPORCIONANDO ALTERNATIVAS PARA A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DO ÓLEO DE COZINHA	EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	3.363,00	Proporcionar alternativas para a reutilização de materiais recicláveis e do óleo de cozinha.	Interno: Alunos do curso BCT. Externo: Alunos de escolas públicas e particulares da cidade de Pau dos Ferros – RN.
PROJETO 6	CAPACITAÇÃO EM JAVA	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	1.300,00	Contribuir para a formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de sistemas de software orientados a objetos em Java.	Internos: Discentes e técnico-administrativos da área de Tecnologia da Informação. Externos: Técnicos, universitários e profissionais da área de Tecnologia da Informação
PROJETO 7	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS CENTRAL DA UFERSA PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN	MEIO AMBIENTE	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	3.984,00	Aumentar o senso crítico dos alunos do ensino fundamental possibilitando uma visão conservacionista do meio ambiente, através de educação ambiental, visando despertar na sociedade futura a necessidade de preservação da natureza para manutenção da biodiversidade.	Interno: Discentes do curso de Engenharia Florestal. Externo: Alunos do ensino fundamental da rede pública municipal de Mossoró.

<p>PROJETO (Não está numerado, pois não houve dados documentais e entrevistas para a pesquisa)</p>	<p>DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL PARA ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ – RN</p>	<p>MEIO AMBIENTE</p>	<p>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</p>	<p>3.853,00</p>	<p>Criar uma ferramenta que possibilite ao professor não apenas obter algo engessado para uso em sala de aula, mas dar condições para que ele continue sendo renovado e aperfeiçoado; além de permitir a aplicação da educação ambiental em diferentes disciplinas e consolidar como atividade permanente na sala de aula.</p>	<p>Internos: Discente do curso de Ecologia. Externos: Professores da rede pública de ensino.</p>
<p>PROJETO 9</p>	<p>IMAGENS DO SEMIÁRIDO</p>	<p>MEIO AMBIENTE</p>	<p>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</p>	<p>3.989,12</p>	<p>Obter imagens que mostrem tanto as paisagens nativas como as áreas cultivadas, a fim de explicitar o potencial agropecuário da região.</p>	<p>Internos: Docentes e Discentes do Curso de Agronomia, Engenharia Florestal e Ecologia. Externos: sociedade.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A ação dos projetos atendeu às áreas da educação, tecnologia e produção, e meio ambiente, contudo, há uma concentração na temática meio ambiente. O principal público atendido foi de alunos das escolas públicas, ensino fundamental e médio.

Em todas as ações, nota-se uma escolha por estudantes dos cursos das áreas temáticas nas quais o projeto está inserido, exceto o Programa 1, que tem como público alvo todos os alunos da universidade, de todos os campi e de todos os cursos.

Todas essas informações do quadro foram importantes, pois permitiram um conhecimento inicial de cada projeto.

5.2- Motivações para a implementação dessas ações

Este tópico permitirá a análise acerca da motivação para implementação das ações e identificação das dimensões da responsabilidade social em cada uma delas.

Os dados a seguir são resultados de pesquisa documental, a partir de material disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) Ufersa e nos relatórios disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

Em relação ao PROGRAMA 1: PRÓCIÊNCIA - Programa de Apoio às Feiras de Ciências em Escolas Públicas do Semiárido Potiguar, foi possível identificar que a motivação para construção desse programa foi “a atuação de estudantes universitários de diferentes campi da Ufersa (Angicos, Caraúbas, Pau dos Ferros e Mossoró) no despertar da curiosidade científica de estudantes do ensino médio e no estímulo para que as escolas realizem suas próprias Feiras de Ciências”.

Assim, no relatório identificamos como motivação a participação dos alunos das graduações dos diversos campus e a realização das feiras de ciências pelas escolas.

A entrevistada TECCOOR considera como motivação:

(...) ter alunos da graduação nas escolas públicas para dar continuidade, para dar um apoio mesmo nas feiras escolares. Por que nós sabemos que a partir das feiras escolares que eles podem desenvolver melhor as suas pesquisas. Então foi uma forma de dar esse apoio mesmo.

Na fala da entrevistada, percebemos um destaque à participação dos alunos da graduação como importante para realização das feiras e como forma de desenvolvimento dos conhecimentos em relação às pesquisas.

É possível perceber a presença da dimensão ética da responsabilidade social tanto no trecho recortado no SIGAA quanto na fala da professora, envolvendo os três padrões éticos

gerais citados por Schwartz e Carroll (2003): o convencional, pois a ação é necessária e boa para o funcionamento da Universidade, isso pode ser confirmado pelos documentos do FORPROEX; o consequencialista, pois promove o bem das pessoas, ao permitir que os alunos da graduação participem diretamente da ação e que as escolas promovam suas feiras de ciências; e o deontológico, pois existe o dever da Universidade de executar ações de extensão, previsto até na constituição federal.

Outro importante fator presente nesse projeto é a interação com a comunidade. O programa PRÓCIÊNCIA se enquadra na área temática educação. É um programa voltado para auxiliar as escolas no planejamento e realização de feiras de ciências. No desenvolvimento dessa ação, existe uma grande interação entre a Universidade e a comunidade, que foi descrita pelo entrevistado:

As nossas atividades são atividades extensionistas então **sempre a comunidade está presente**. Sobretudo a comunidade mais voltada para a educação. Nós temos nas nossas atividades um contato mais direto com as DIREDS, que são as diretorias Regionais de Educação. Então a gente sempre mantém esse feedback, para saber das necessidades, para saber como seria a nossa atuação e para saber que direcionamento a gente deve dar as nossas atividades. Justamente tendo esse contato com a comunidade escolar, eles sempre presentes tanto nos ajudando na própria formulação da atividade como também dando a sua opinião, fazendo a sua avaliação, sobre aquilo que vem acontecendo ao longo desse tempo. (SERVTEC)

Assim percebe-se que a comunidade participou ativamente desde a elaboração do projeto até sua execução e avaliação. Quando questionado sobre a participação da na elaboração, o SERDOC 1 respondeu o seguinte:

Sim. Além dos professores e servidores da universidade, a nossa equipe é composta por professores, pela equipe pedagógica e administrativa da rede estadual de ensino e essas pessoas participam de todos os planejamentos das atividades desde o início do projeto.

O entrevistado SERVTEC1 e os entrevistados SERVDOC 1 e SERVDOC 2 fazem a seguinte constatação em relação à motivação:

(...) recrutar esses jovens para fazer parte das nossas atividades de extensão foi uma maneira de institucionalizar a atividade dos meninos e remunerar por isso. (SERVTEC1)

A gente tinha alguns financiamentos do CNPQ e da CAPES pra desenvolver as ações, mas nenhuma delas contemplava a bolsa para os alunos de graduação desenvolverem as atividades e a gente viu nesse edital da PROEC essa oportunidade. (SERVDOC1)

(...) Só que esse edital do CNPQ não tinha bolsa para estudante e a ideia era que assim, a gente só, não ia conseguir fazer exatamente o trabalho. Esse estímulo veio através do edital N° 19/2013 que a gente teve a possibilidade de engajar estudantes de graduação para trabalhar como multiplicadores dessa ideia. Quer dizer, a gente forma esses estudantes e eles vão até as escolas para realizar esse trabalho, essa integração entre a universidade e a escola. (SERVDOC2)

Aqui, percebe-se que existe o caráter econômico no que diz respeito à bolsa do aluno. Os entrevistados relataram a importância da bolsa para os alunos. Entretanto, para a universidade, além do recurso dispendido, pois essas ações são financiadas pela própria universidade sem incentivo econômico, o benefício seria indireto, pois, através da bolsa, o aluno se engaja (palavra utilizada no trecho pelo entrevistado SERVDOC2) no projeto para trabalhar como multiplicadores da ideia. Schwartz e Carroll (2003) concorda que as atividades da dimensão econômica tanto podem ser diretas quanto indiretas. As atividades diretas incluem aquelas destinadas a aumentar vendas ou evitar ações legais, as indiretas, por sua vez, são projetadas para melhorar a imagem pública da empresa. Assim, qualquer atividade que venha a trazer melhoria dos lucros ou valor das ações é considerada economicamente motivada.

Além disso, há um consenso entre os entrevistados acerca das motivações e o que foi descrito no relatório. Destacam-se como motivação para o Programa 1 a realização das feiras de ciências e a possibilidade dos discentes da universidade terem o contato com a comunidade através da bolsa. Tal motivação, na percepção dos entrevistados, dá ênfase ao papel do bolsista aluno da graduação, contudo, percebe-se a harmonia com a interação dialógica ao permitir a aproximação com a comunidade, uma das diretrizes da extensão, que conforme FORPROEX (2012):

Orienta o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

Acerca dessa interação dialógica, a entrevistada ALUBOL relata:

Inicialmente me inscrevi como voluntária, pois sempre gostei de participar de feiras de ciências na escola e vi nesse projeto a oportunidade de contribuir com meus conhecimentos para formação de pequenos cientistas, além de adquirir experiências e enriquecer meu currículo, já que se trata de um projeto multidisciplinar.

Ao atender essa diretriz do FORPROEX, o programa tem um caráter legal. Ainda, a própria existência de ações de extensão na universidade já está cumprindo uma exigência constitucional, mesmo que de forma passiva. Assim, a legalidade dessas ações está na categoria “cumprimento” mas em sua forma “passiva” que, segundo Schwartz e Carroll (2003), devido a essa natureza não intencional, está agindo fora da dimensão legal.

Assim, no Programa 1, existe a presença da dimensão econômica, de forma direta para o bolsista e indireta para universidade; existe também, nesse projeto, a presença da dimensão legal da responsabilidade social ao atender a citada diretriz definida pelo FORPROEX, e, por fim, também mostra forte relação com a dimensão ética já explicitada anteriormente, quando atende a esse padrão e por se configurar em uma ação desejada pela comunidade tanto acadêmica como civil.

Em relação ao PROGRAMA 2 - ENGENHEIRANDO(A): PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO, seu relatório aponta como principal motivação “a permanência do discente até o final do curso de graduação.”

A entrevistada DOCCOOR afirma que foi:

(...) a dificuldade da região de Angicos e também das microrregiões próximas de entender o que seria **engenharia**, principalmente engenharia de produção, o que que ela faz, quais benefícios, o que ela pode trazer para a cidade. Então foi um projeto mais para **conhecimento**, tanto da **população** de Angicos, como para as outras regiões, focando no ensino médio, trazendo uma linguagem para eles, pessoas que seriam o nosso público alvo”.

Percebe-se como motivação o interesse pela permanência do aluno na universidade e sua relação com os conhecimentos necessários para continuação do curso. Importante esse interesse, pois, conforme FORPROEX (2012), esse tema faz parte do debate acerca dos destinos da Universidade Pública.

Essa motivação está relacionada com a dimensão ética da responsabilidade social no sentido de que se trata de um assunto relevante para os atores da universidade e sociedade. Para Schwartz e Carroll (2003), esta dimensão refere-se àquelas ações da organização relevantes para as partes interessadas (*stakeholders*).

O depoimento da entrevistada reforça a presença da diretriz Interação Dialógica, pois conforme FORPROEX (2012):

Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz Interação Dialógica atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária.

O Fórum de Pró-Reitores apresenta que a ética está presente nessa interação dialógica. Na análise acerca da responsabilidade social não é diferente, esse programa de extensão está

dentro da dimensão ética ao atender à referida diretriz e ao executar uma ação esperada pela sociedade.

O programa também tem uma relação com a dimensão legal em sua forma passiva que, conforme Schwartz e Carroll (2003), seria um cumprimento “acidental” da lei. Isso por que somente em ter sido executada a ação a universidade cumpre sua função legal de promover a extensão universitária, mesmo os seus membros não percebendo que estão cumprindo.

Há também a presença da dimensão econômica da responsabilidade social, pois a evasão dos alunos traria consequências negativas para a instituição. Segundo Paul e Wolynech (2001), no Brasil as universidades públicas federais e estaduais nunca tiveram seus orçamentos calculados com base em critérios objetivos de planejamento, mas o autor destaca que existe diferença entre formar 60 (sessenta) alunos em um ano em comparação a formar 5 (cinco) alunos em um ano, pois existiria uma ordem de magnitude maior no custo/formando. Então, apesar de não haver motivação econômica no sentido de obter recursos, a ação de extensão pode trazer consequências indiretas com relação à dimensão econômica para a universidade. Assim, o Programa 2 engloba a dimensão Ética de forma direta, a dimensão legal de forma passiva e a econômica de forma indireta.

O relatório do PROGRAMA 3 - EQUIPE PEGAZULS AERODESIGN, apresenta como motivação que “ao participar do projeto SAE AeroDesign, o aluno vivencia um caso real de desenvolvimento de projeto aeronáutico, desde sua concepção, projeto detalhado, construção e testes.”

O entrevistado do programa cita como motivação:

(...) eu tinha muito **interesse na área aeronáutica** do projeto, foi aí que eu acabei ampliando meus **conhecimentos** que eu via que o projeto de extensão ele poderia trazer muito mais conhecimento que a gente não aprende em sala, tem desses conhecimentos que infelizmente não tem nos livros como por exemplo lidar com as pessoas. (ALUBOL)

Percebe-se que a motivação do aluno está diretamente relacionada àquela proposta pelos organizadores do projeto. O aluno tinha interesse pela aeronáutica e o projeto proporcionava esse conhecimento. O aluno também destaca o conhecimento interpessoal de como lidar com as pessoas, apesar de não ter sido uma motivação inicial, mas que, com o decorrer do projeto, ele percebeu a importância de interagir com as pessoas.

Nesse contexto, fica evidente tanto o caráter ético na ação, quanto o padrão convencional, pois permitiu ao aluno desenvolver essa habilidade de lidar com as pessoas que é fundamental para o desenvolvimento do projeto e para seu papel enquanto aluno da

graduação. O padrão consequencialista também é percebido, pois houve uma decorrência boa da sua atuação no projeto no tocante ao relacionamento interpessoal e, por conseguinte, em sua formação profissional. E ainda o deontológico, pois, ao participar do projeto, o aluno foi “obrigado” a desenvolver essa habilidade de lidar com as pessoas.

E o projeto ele traz conhecimentos que a gente não aprende em sala de aula que é lidar com as pessoas. Nos livros você vai e aprende uma fórmula, uma equação, consegue fazer um avião, um carro, ter um produto final, mas o conhecimento de como lidar com as pessoas, saber falar, saber interagir isso é muito difícil e é algo que infelizmente a gente não aprende em sala de aula. (ALUNBOL)

Na fala do bolsista, é possível perceber elementos que fazem parte do conceito de extensão definido no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão, já citado no referencial deste trabalho, pois fica evidente o caráter educativo, cultural e científico da ação que é uma via de mão-dupla, e que, no retorno à universidade, tanto discentes como docentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Diante do exposto, e em relação à responsabilidade social, essa fala do aluno evidencia o caráter ético e legal (de forma passiva) do programa 3, ao exercer seu papel de difundir conhecimento.

No relatório do PROJETO 1 - HIDROPONIA DIDÁTICA, SOCIAL E SUSTENTÁVEL NA TERRA DAS CARAUBEIRAS, se apresenta como motivação a “conscientização sobre o problema de escassez de recursos naturais, mais especificamente água e solo, a problemática da destinação final de resíduos sólidos, bem como o problema da deficiência de itens como verduras e legumes na dieta das crianças e adolescentes das escolas públicas de Caraúbas-RN.”

A ideia de trazer a questão ambiental como motivação coloca o projeto na dimensão ética, pois, conforme Schwartz e Carroll (2003), refere-se a ações que atendem expectativas da população em geral e é relevante para as partes interessadas.

(...) a ideia era fazer com que a cidade de Caraúbas que já recebe uma universidade, mas não tem tanta **extensão**, e a ideia era justamente fazer algo que a **comunidade** pudesse ser beneficiada, como o título do projeto já é bem claro, hidroponia, fazendo hortaliças para a comunidade de forma sustentável. E o que motivou foi essa ausência de projetos na área na cidade que tanto tem sede por ser beneficiada pela **universidade**. (DOCCOOR)

O professor afirma que até então não havia na cidade projetos de extensão da universidade que atendessem essa demanda social. Percebe-se na exposição do docente o desejo de atender às necessidades da comunidade local, apesar de que, quando questionado se a comunidade participou da elaboração da ação, o entrevistado respondeu: “na elaboração não

houve comunidade externa, só alunos, técnicos administrativos e eu como docente”. Entretanto, na execução houve a participação da comunidade.

Vale salientar que na entrevista ficou evidente o interesse pela democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade se configurando aí um caráter ético, mais em evidência o padrão consequencialista em virtude dos bons resultados que esta ação trouxe tanto para a comunidade de Caraúbas como para os alunos da Universidade, e a dimensão legal de forma passiva ao executar a ação.

No relatório do PROJETO 2 - BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, os elaboradores informaram que:

(...) apesar da recente implantação da Coleta Seletiva Solidária na Ufersa Mossoró, a Universidade ainda dispõe de um **lixão irregular** instalado no lado leste do campus. A coleta seletiva também vem sendo realizada com alguma dificuldade pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mossoró (ASCAMAREM), devido à ausência de rotina por grande parte dos discentes, docentes e técnicos administrativos em segregar corretamente os resíduos sólidos recicláveis.

Diante de tal constatação, os idealizadores foram motivados:

A desenvolver quatro ações: I Seminário de Gestão de Logística Sustentável da Ufersa, Programa de Educação Continuada, Programa de Monitoramento da Coleta Seletiva Solidária e elaboração de Cartilha para Boas Práticas Sustentáveis, que juntas poderão otimizar a implementação das boas práticas sustentáveis na Ufersa visando a aplicabilidade da legislação vigente (e.g., Lei 6.938/1981; Lei 12.305/2010; Decreto 5.940/2006 e Instrução Normativa nº 10/2012) e uma maior proximidade da rotina institucional com os pilares do desenvolvimento sustentável. Metodologia: I Seminário de Gestão de Logística.

Percebemos que existe uma preocupação com o meio ambiente, com a destinação do lixo da universidade de forma legal, com a ASCAMAREM tendo em vista a previsão de monitoramento da coleta seletiva realizada pela associação na universidade. Essa preocupação demonstra a dimensão ética nessa ação de extensão por ser uma temática relevante para todos, universidade e sociedade.

(...) a **ausência de conhecimento** e hábitos de rotina para a separação adequada dos resíduos sólidos (em reciclável e não reciclável), o que tem dificultado o processo de viabilidade da Coleta Seletiva Solidária na Ufersa, campus Mossoró. Neste contexto, foi a partir deste projeto o início do desenvolvimento de um Programa de Monitoramento e Educação Continuada voltado para as **boas práticas sustentáveis**, com o intuito de promover a cultura da redução do uso de materiais de expediente como papéis, copos descartáveis e cartuchos de tinta, seguido da promoção de uma cultura de segregação adequada de resíduos sólidos. (DOCVICECOOR)

Percebe-se, tanto nos dados do relatório como nas palavras do entrevistado, que o projeto envolve o caráter econômico, quando visa boas práticas na redução de desperdícios, e de eliminar o lixão até então existente na universidade e nesse ponto, conforme Schwartz e Carroll (2003), a uma ação diretamente relacionada à dimensão econômica e à dimensão legal

no sentido de evitar ações legais em desfavor da universidade, que poderia gerar multas para a instituição, além de ser um fator negativo para a imagem pública da organização. Nesse ponto se configura como consequência indireta na dimensão econômica e, conforme os autores, se insere na dimensão legal quando também auxilia a universidade no cumprimento de leis federais e normas internas (caráter restritivo do sistema legal) e na prevenção de contencioso. E, ainda, na dimensão ética quando atua de acordo com padrões estabelecidos pela sociedade.

No PROJETO 3 - USO DA PESQUISA CIENTÍFICA NA SENSIBILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A CONSERVAÇÃO DA CAATINGA, a motivação foi um desejo do docente entrevistado de desenvolver um trabalho nessa área:

(...) foram experiências passadas minhas com aulas de gestão ambiental, de aulas de meio ambiente. A partir daí eu comecei a ter interesse pela área, mas nunca desenvolvi um projeto, sempre fiquei na área de pesquisa básica e ecologia. E aí apareceu uma oportunidade que foi uma aluna interessada em trabalhar com isso, com educação ambiental. Uma aluna de mestrado e aí eu aceitei. Ela que trouxe. Ela não trouxe a ideia, mas ela trouxe “olha, gostaria de trabalhar com educação ambiental”. E aí a gente criou ele. (DOCCOOR)

Na fala do coordenador docente percebemos que ele já tinha o interesse na área, mas que o convite da aluna o fez criar a ideia do projeto. Essa participação do aluno é muito importante pois conforme FORPROEX (2007, p. 18):

(...) toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso.

Essa é a definição de uma das diretrizes para a extensão universitária, a diretriz “indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão”, que reafirma a extensão como um processo acadêmico. Assim, percebe-se um caráter legal presente na sua forma passiva nesta ação de extensão.

Quando questionadas sobre a motivação para se inscreverem para participar do projeto, as alunas bolsistas responderam:

Pela experiência de participar de um projeto deste tipo, voltado à sustentabilidade. (ALUNBOL1)

Pela bolsa de extensão (ALUNBOL2)

Percebe-se um caráter ético no sentido de um projeto que envolve a conservação da caatinga, pois, conforme Schwartz e Carroll (2003), a dimensão ética se traduz em ações que sejam relevantes para os *stakeholders*. A dimensão econômica é percebida na fala da segunda

entrevistada, em que ela enfatiza a importância da bolsa. E ainda a dimensão legal, ao ser executada a ação.

No PROJETO 4 - UNIVERSIDADE EM AÇÃO, PROPORCIONANDO ALTERNATIVAS PARA A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DO ÓLEO DE COZINHA, o entrevistado registra como motivação:

Existem na verdade disciplinas de laboratório no campus Pau dos Ferros que contemplam alunos de início de curso especialmente de física e química. E aí alguns professores, dentre eles eu, desenvolvíamos, e ainda desenvolvemos, porque continua a ideia de **projetar materiais de baixo custo**. Então nós pensamos: por que não transformar isso num projeto em que a **comunidade extra universidade também possa participar** especialmente alunos da educação básica? Então nós resolvemos colocar isso no papel, essas atividades, essas ações de ensino já desenvolvidas ao longo dessas disciplinas iniciais do curso de Ciência e Tecnologia. Aí nós resolvemos concorrer a um edital e fomos contemplados. No entanto, vale salientar que até hoje essa ação ainda é desenvolvida, mas agora sem recurso. (DOCCOOR)

É claro o interesse do professor em produzir materiais de baixo custo através do projeto e, com isso, contribuir para as aulas da educação básica no município de Pau dos Ferros, cidade em que está o Campus onde o projeto foi criado e desenvolvido. Observa-se no projeto um caráter econômico e ético. A dimensão econômica está presente no sentido de poupar recursos com equipamentos, tanto na universidade quanto na escola. A dimensão ética está presente, pois o projeto permite o bom funcionamento da universidade e traz consequências benéficas tanto para a comunidade como para a universidade.

No final de sua fala, o professor explica que, mesmo após o fim do período previsto para execução do projeto e findos os recursos, as ações continuam. Nesse ponto, fica evidente que não existe interesse econômico na execução do projeto. Segundo Schwartz e Carroll (2003), a organização pode agir sem considerar as possíveis consequências econômicas e, ainda assim, ser considerada dentro da dimensão econômica.

No PROJETO 5 - CAPACITAÇÃO EM JAVA, a entrevistada relata que a principal motivação foi preparar os alunos para o mercado:

A motivação na verdade está diretamente relacionada ao **mercado**. (...) Então a principal motivação foi essa. Como que a gente pode incorporar nossos alunos aqui de Mossoró à ideia da **certificação profissional**? E a gente utilizou Java como sendo uma das tecnologias que são realmente respaldadas pelo mercado, que são acessíveis inclusive, porque tem extensões livres, **a gente não paga nada pelo software** que a gente utilizou para a capacitação. E então, tendo essa visão de que Java é uma tecnologia utilizada mundialmente, porque que a gente não traz isso aqui para nossos alunos? Nossos alunos e também para a região. (DOCCOOR)

É evidente um interesse pela formação do aluno, pelos conhecimentos que serão difundidos para uma melhor colocação do aluno no mercado. Essa motivação está diretamente relacionada à

dimensão ética, ações que, para Schwartz e Carroll (2003), devem atender às expectativas da sociedade e serem importantes para as partes interessadas. Nesse sentido, a formação para o mercado de trabalho é uma expectativa da sociedade em geral em relação à universidade.

O mesmo raciocínio foi utilizado pelo segundo entrevistado quando enfatizou a importância da certificação que o projeto promove para a formação do aluno:

Nossa ideia surgiu porque uma das formas de atestar que um programador é um bom programador, não é só o diploma. Uma empresa que vai contratar pode avaliar por diploma. Mas existem outros atributos que o programador deve apresentar pra atestar que é um bom programador. E um desses atributos é a **certificação**. Eles têm grandes empresas internacionais que criam tecnologias e fazem propaganda dessas tecnologias e ensinam pessoas a utilizá-las e aplicam uma prova para a pessoa mostrar que sabe utilizar essa tecnologia. O Java é mantido por uma instituição chamada Orego, que é uma das gigantes de informática no mundo. E a Orego tem uma prova de certificação. Um programador que faz essa prova e que passa e apresenta um certificado, ele tem muito mais chances de se enquadrar bem no **mercado de trabalho**. Então a nossa ideia surgiu porque a gente tem alunos que estão aprendendo essa linguagem, eles estão se preparando, só que a gente não viu neles o desejo, a intenção de realizar essa prova. (VICECOORDOC)

Os dois destacaram a formação, os conhecimentos, como principal motivação para a elaboração e execução do projeto. E esses conhecimentos que o projeto agrega à formação do aluno trazem consequências econômicas para o aluno enquanto futuro profissional e para a universidade numa possível melhora na imagem pública da instituição em virtude de suas ações. Além, ainda, da preocupação dos idealizadores do projeto de utilizar um software livre, gratuito, que não trouxe ônus para a universidade. A legalidade está presente de forma passiva na execução da ação.

No PROJETO 6 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS CENTRAL DA UFERSA PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN – EDUCATINGA, os entrevistados citaram como motivação trazer os alunos da rede pública para conhecer uma pequena amostra da caatinga que existe dentro da universidade:

(...) uma **aluna** queria, ela que veio com a proposta inicial. Não era bem essa, mas a ideia inicial era trabalhar as árvores que estão aqui dentro do campus. E nós sabíamos que, do outro lado, acho que ninguém sabe, nós temos uma pequena **representação da caatinga** naquele prédio central, que tem a rampa, todas as árvores que tem ali, uma de cada tipo da caatinga, uma mini caatinga ali. Daí nós decidimos, conversando em reuniões, com muito alunos e professora, decidimos explorar isso aí. Fazer umas **trilhas interpretativas**, fazer todo o roteiro (...) Daí surgiu, de que nossa preocupação é que os **alunos aqui da rede pública**, quer dizer, as pessoas urbanas de Mossoró, conheçam também a questão rural, entende? Porque fala assim: a caatinga, quem não conhece? conhece de nome... mas as crianças hoje não estão tendo a oportunidade de ir para a área rural, nós não temos como levá-las né, dinheiro, recursos, daí nós decidimos usar aquilo como uma pequena amostra da caatinga e trazer os alunos para cá. Essa foi a ideia inicial. (DOCCOOR)

(...) **mostrar a universidade**, mostrar um pouquinho da **caatinga** que tem aqui. Porque, não sei se você sabe, mas a gente tem um museu da caatinga que está desativado, que são as espécies que a gente tem aqui do lado do prédio central, e a ideia era revitalizar espécies que tinha da caatinga e para isso a gente usou o projeto e a ideia de trazer as **crianças** para conhecer a caatinga, porque querendo ou não a gente que faz engenharia florestal, pelo menos eu quando entrei aqui, o pessoal dizia assim “ vai fazer engenharia florestal para quê? aqui não tem floresta.” e a ideia é mostrar às crianças para conhecerem e **valorizarem nossa vegetação**. (ALUNBOL)

Essa ideia de trazer os alunos de ensino básico para visitar a “mini” caatinga, e de apresentar a elas a caatinga como forma de conhecimento e valorização da nossa vegetação está relacionada à dimensão ética, pois, conforme Schwartz e Carroll (2003), estão nessa dimensão ações que promovem o bem da sociedade, pelas consequências que podem trazer no futuro para essas crianças e sociedade em geral.

No PROJETO 7 - IMAGENS DO SEMIÁRIDO, a entrevistada relata como motivação o fato do projeto ter permitido o registro das imagens do semiárido como uma oportunidade de tirar a imagem negativa que algumas pessoas têm do semiárido:

(...) um projeto de extensão para registrar as imagens do **semiárido**. Tem tantas coisas bonitas, tantas cadeias produtivas e a gente vê **pouca publicação**, pouca divulgação. (...) Então a ideia surgiu disso, da gente querer registrar imagens do semiárido, desde cadeias produtivas até áreas que são consideradas inóspitas. Então a gente teve essa vontade de publicar, de trazer para a **comunidade** algumas imagens porque o semiárido tem uma visão tantas vezes um tanto negativa. As pessoas sempre imaginam o semiárido como um lugar seco, um lugar ruim, um lugar pobre. É muito seco. É a condição climática do lugar, mas a gente precisa aprender a conviver e extrair o que é bom dali. Então o que motivou a gente a fazer o projeto foi isso. (DOCCOOR)

Percebe-se na motivação um caráter ético, conforme Schwartz e Carroll (2003), o fato da docente ter como motivação divulgar, levar para as pessoas informações do semiárido que elas não conhecem trará consequências para sociedade. E a dimensão legal presente de forma passiva.

Quadro 8 – Principais motivações das ações de extensão, conforme modelo.

AÇÃO	MOTIVAÇÕES	DIMENSÕES
PROGRAMA 1	<ul style="list-style-type: none"> - participação dos alunos das graduações nas feiras - participação das escolas públicas - a comunidade está sempre presente - institucionalizar a atividade - remunerar os alunos (bolsas) 	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROGRAMA 2	<ul style="list-style-type: none"> - permanência do discente - difundir conhecimento acerca do curso de engenharia para a população 	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROGRAMA 3	<ul style="list-style-type: none"> - difundir conhecimento da área aeronáutica - proporcionar conhecimento na 	Ético e Legal (passiva)

	área interpessoal	
PROJETO 1	- participação da comunidade - promover a extensão	Ético e Legal (passiva)
PROJETO 2	- eliminar o lixo existente na universidade - difundir conhecimento acerca de boas práticas	Ética Legal e Econômica
PROJETO 3	- interesse de uma aluna em elaborar um projeto de conservação da caatinga	Ética e Legal (passiva)
PROJETO 4	- produzir materiais de baixo custo - a possibilidade de participação da comunidade	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROJETO 5	- inserir os alunos no mercado de trabalho por meio da certificação - utilização de um software livre	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROJETO 6	- valorização da caatinga - mostrar a universidade para os alunos de escolas públicas	Ética e Legal (passiva)
PROJETO 7	- as poucas publicações de imagens da caatinga, do semiárido	Ética Legal (passiva)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se que, do ponto de vista das motivações, apenas uma ação se enquadra nas três dimensões de Schwartz e Carroll (2003), o que é apresentado pelo autor como ideal, mas o autor também aponta como ideais aquelas que se enquadram nas dimensões ética e econômica, desde que atendam à dimensão legal, ainda que de forma passiva.

5.3. Demandas Sociais atendidas pelos programas/projetos de extensão

Nesse tópico serão apresentadas as demandas sociais atendidas que constam no relatório e na percepção dos sujeitos entrevistados de cada programa/projeto.

O Programa 1 - PRÓCIÊNCIA - PROGRAMA DE APOIO ÀS FEIRAS DE CIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SEMIÁRIDO POTIGUAR traz descritas, em seu relatório final, as atividades desenvolvidas e um breve relato sobre a execução do objetivo.

Foi destacada a **promoção do conhecimento e do envolvimento da comunidade**:

(...) **bolsistas** conhecerem **novos saberes**, de aprofundar teoria e prática, e envolver a **comunidade** escolar para melhor **aprendizagem e desenvolvimento** educacional com a realização das feiras de ciências; o estímulo a realização de feira de ciências nas escolas pertencentes às DIREDs envolvidas; a realização das feiras de ciência regionais das 8ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª DIREDs; a realização da IV Feira de Ciências do Semiárido Potiguar; o **envolvimento** de pelo menos 600 estudantes e 100 professores da educação básica em trabalhos científicos usando a metodologia científica ao alcance de todos; o acompanhamento dos trabalhos premiados na IV Feira de Ciências do Semiárido Potiguar em eventos nacionais e internacionais. (RELATÓRIO)

Outro entrevistado destacou como demanda social atendida a **melhoria da qualidade da educação do ensino básico** em consequência da ação:

A gente trabalha especificamente com educação, então uma demanda que eu acredito que foi enfatizada nesse projeto é a melhoria na qualidade da educação do ensino básico, especificamente, da rede pública estadual. Tanto do ponto de vista do desempenho dos alunos quanto da motivação dos professores. (SERVDOC1)

Já a entrevistada a seguir coloca como demanda social atendida o fato do projeto ter **despertado interesse nos alunos** e ter proporcionado um **engajamento dos professores** na ação:

(...) uma parte social muito forte que é exatamente **despertar o interesse do aluno** pela escola, assim, através de uma atividade que ele participe. (...) Então a gente tem depoimentos, assim, de um professor dizer que um determinado aluno que não tinha interesse por nada então de repente passou a ter interesse e porque ele está participante, ele está construindo uma ideia, um projeto. Então eu acho que isso foi bastante importante. Um **engajamento entre os professores** também. (...) E aí eles se sentiram muito mais valorizados, sentiram a oportunidade de fazer uma viagem, de conhecer um local diferente, de serem premiados, assim, uma coisa que assim, professor não tinha essa oportunidade de receber um reconhecimento. Eu acho que foi importante. (SERVDOC2)

Por sua vez a entrevistada destaca que o projeto permitiu que a Universidade atingisse lugares distantes, conforme afirma na entrevista:

As demandas sociais que foram atendidas foram principalmente os **alunos de regiões de interiores remotos**, que são bem distantes mesmo dos grandes centros. Então alunos, por exemplo, de Antonio Martins, alunos da zona rural que não tinham acesso à universidade pública, que não conheciam a universidade pública, a partir desse projeto de extensão, da realização de feiras escolares, tiveram a oportunidade de conhecer a universidade de vir até a universidade. Então acreditamos que esses interiores mais remotos, tem Almino Afonso, tem Bodó, tem N interiores, cidades mais distantes que a partir da feira de ciências na escola, orientados por alunos de graduação através do programa prociência, tiveram a oportunidade de conhecer a Universidade. (TECCOOR)

O entrevistado servidor técnico frisa como importante demanda atendida a possibilidade de **remunerar** os estudantes pelo trabalho desenvolvido no projeto por meio da bolsa de extensão, ele coloca ainda como importante o acesso da comunidade à universidade:

Acredito que várias; por exemplo, a gente tem a situação dos estudantes, nossos bolsistas colaboradores **remunerados**, a gente sabe que a permanência do aluno aqui na Universidade ela é muito complicada principalmente porque a maioria deles não são aqui de Mossoró, vêm de fora. Então esse apoio financeiro que é dado pelo projeto é bem interessante. Além disso, a própria comunidade ter acesso às portas da universidade de uma forma geral através das atividades desenvolvidas pelo projeto Prociência também é importante, pois permite esse vínculo, esse acesso ao interior da Universidade para essas pessoas, assim como a própria comunidade do entorno e também de estudantes de várias escolas que passaram a entender a importância da nossa atividade, passaram a vivenciar essa realidade. (SERVTEC)

Os relatos ressaltam vários tipos de demandas sociais atendidas, desde aquelas de cunho mais social, até as econômicas, entre elas foram citadas: promoção do conhecimento e do envolvimento da comunidade, remuneração dos estudantes, engajamento de professores e discentes junto à comunidade, aproximação da universidade com a comunidade (principalmente alunos do interior do estado). Esse tipo de atendimento de demanda atribui ao projeto uma atuação na dimensão ética e traz características similares à da análise feita no tópico anterior que tratou da motivação para construção da ação. Percebe-se que desde a sua concepção até a fase de execução e resultados, esta ação é pautada dentro da dimensão ética da responsabilidade social.

Percebe-se essa dimensão em todos os padrões citados pelos autores, tanto no padrão convencional, pois é uma ação aceita pela instituição e pelos stakeholders, como consequencialista por trazer consequências coerentes e que promovem o bem das pessoas e também o padrão deontológico quando coloca o bolsista no “dever” de agir, de tomar uma decisão, mesmo que o projeto da feira de ciências não esteja dentro da área do seu curso, permitindo que esse aluno desenvolva habilidades na resolução de problemas em situações diversas.

O destaque do projeto, além da realização das feiras de ciências em si, é o papel do estudante bolsista da Ufersa enquanto orientador dos projetos nas escolas. Esse papel foi descrito pela entrevistada:

É um projeto multidisciplinar, então assim podem **participar alunos de graduação de qualquer curso** então desde a biotecnologia, agronomia e Ciência e Tecnologia. Geralmente o nosso público é mais de alunos de Ciência e Tecnologia, são os alunos que buscam mais o Prociência. (...) já temos resultados de alunos que saíram do projeto e que hoje já estão no mundo do trabalho e que falaram que o Prociência **ajudou bastante o seu desenvolvimento pessoal e interpessoal e também no desenvolvimento profissional**. Então há sim mudança de postura, da mudança de comportamento, da tomada de atitudes. Então torna o aluno maduro nessas relações interpessoais, de resoluções de problemas que não está tão dentro da sua área que muitas vezes ele não consegue ver dentro das suas disciplinas como matemática financeira, química, genética, enfim; mas quando ele participa do projeto consegue ver esse outro lado, da coletividade, ele consegue ter essa amplitude. (TECCOOR)

Destaca-se neste relato a presença de uma das diretrizes para a extensão universitária: a interdisciplinaridade. Segundo FORPROEX (2007), essa diretriz permite a interação de modelos e conceitos, de modo a existir uma conexão entre a teoria e a prática, e a construir uma interação entre organizações e pessoas.

Isso demonstra a dimensão legal do projeto de forma passiva. A dimensão econômica aparece na fala de um dos entrevistados e mais uma vez com enfoque para a bolsa do aluno, tratando-se também aqui da forma indireta.

No Programa 2 - ENGENHEIRANDO(A): PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO, conforme relatório, foram desenvolvidas ações para fomentar o desenvolvimento das competências (profissionais, pessoais e acadêmicas) e **permanência** no campus dos discentes bolsistas do programa e demais discentes da graduação, por meio de atividades que integrem Universidade e Sociedade.

A entrevistada citou como demanda atendida o **conhecimento proporcionado aos alunos e à comunidade**. Os alunos tiveram a oportunidade de ministrar palestras. Foi oferecido um workshop com a participação de alunos e comunidade:

“Foi principalmente poder trazer esse conhecimento para os alunos do que seria engenharia. É, a gente marcava o dia nas escolas e os alunos, eles mesmos, ministravam palestras. Então os alunos ficavam muito empolgados dentro das escolas. E teve várias etapas. Outras etapas a gente fez evento dentro da universidade que se chamou Workshop de Engenharia de Produção. Era uma das ações do projeto e isso a gente convidou toda a **sociedade**, os empresários. Não foi só o foco no ensino médio porque já era um workshop com uma linguagem mais científica. Então vieram pessoas, empresários da região, veio gente de Assú também que assistiu a alguns conceitos importantes de engenharia de produção. Então eu acho que o impacto foi esse conhecimento que eles não tinham visão até do que a Ufersa, que é uma universidade próxima, ali só tem a Ufersa de Angicos próxima a eles. (DOCCOOR)

Da mesma forma que na análise com base nas motivações, aqui também é percebida a dimensão ética por meio da presença da interação dialógica, diretriz para extensão universitária. Está também dentro da dimensão econômica pois também traz a questão da permanência do aluno na universidade. E ainda, esse programa de extensão está dentro da dimensão legal, de forma passiva, ao atender a referida diretriz e da dimensão ética ao executar uma ação esperada pela sociedade.

No relatório do Programa 3 - EQUIPE PEGAZULS AERODESIGN, não constam atividades realizadas ou demandas atendidas, constam apenas algumas dificuldades encontradas. Mas o entrevistado relatou:

O que eu vejo de demanda social que foi atendida através do projeto é que a gente ao final da bolsa a gente cumpriu com **visitas às escolas do município** e passamos para os estudantes o interesse e as oportunidades que a universidade pode proporcionar. A gente **ensinou para eles alguns conceitos básicos de física** com base em nosso projeto e disse que haveria grandes oportunidades caso eles entrassem na universidade que procurassem projetos como esse de extensão e pesquisa, porque o tripé da universidade são três, não é só o ensino, é ensino, pesquisa e extensão, então a gente mostrou para aqueles alunos que havia muito mais que só aquele ensino e a formação do profissional dentro da universidade.

Acho que tudo isso foi muito gratificante e enriquecedor para toda a equipe e para a sociedade. (ALUNBOL)

Na entrevista com o aluno bolsista não foi citada a participação da comunidade na elaboração da ação, mas na execução da ação quando eles ministraram palestras nas escolas.

Ao analisar as demandas atendidas, citou-se: aproximação das escolas por meio de visitas e palestras ministradas também se percebem semelhanças com as características encontradas na análise das motivações fica mais uma vez evidente a dimensão ética na ação. Elementos que constata, também, o caráter educativo, cultural e científico da ação que traz um aprendizado tanto para os alunos do ensino básico, para os da graduação como para os docentes envolvidos no projeto.

Não constam de forma direta no relatório do Projeto 1- HIDROPONIA DIDÁTICA, SOCIAL E SUSTENTÁVEL NA TERRA DAS CARAUBEIRAS as demandas sociais atendidas, mas citam-se como atividades desenvolvidas a orientação e conscientização sobre uma alimentação mais saudável e nutritiva, com a utilização constante de itens como legumes e verduras na dieta. Quando questionado acerca das demandas sociais atendidas, o entrevistado relatou:

Bem, a gente sabe que a comunidade é muito carente de uma alimentação saudável, sem agrotóxicos e a inserção na família através das crianças, fazer uma horta com que eles pudessem ter uma alimentação mais equilibrada com verduras, folhosas, fazer com **que tenha um pouco mais de conhecimento dentro de casa**, das famílias que hoje a alimentação tem sido um pouco deficiente do ponto de vista nutricional e orgânica. (DOCCOOR)

Sobre como a ação foi desenvolvida, ele descreveu o seguinte:

A gente focou nas crianças e adolescentes da área da comunidade, que eles já têm um grupo que trabalha com esses adolescentes e crianças e então a gente viu que era mais fácil fazer esse link com essa comunidade e aí eram sazonais, essas participações deles. À medida que tinha as etapas do desenvolvimento das hortaliças, eles iam até o campus e verificavam todo o processo de produção das hortaliças. Então era esse público, em torno de 100 a 150 participantes da entidade. (DOCCOOR)

Percebe-se que o docente coordenador da ação aborda como demanda atendida: o conhecimento proporcionado aos participantes acerca de uma alimentação saudável, e que na opinião dele as crianças seriam os disseminadores das informações transmitidas através do projeto. Analisando esta demanda, percebe-se que os resultados repetem o da análise da motivação pois também se apresenta dentro da dimensão ética, o padrão consequencialista em virtude dos bons resultados que, na opinião do entrevistado, esta ação trouxe tanto para a comunidade de Caraúbas como para os alunos da Universidade, e a dimensão legal de forma passiva ao executar a ação.

Em relação ao Projeto 2 - BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, de acordo com o relatório, as atividades desenvolvidas foram: a organização do I Seminário de Gestão de Logística Sustentável da Ufersa voltado para a comunidade interna e externa da Universidade; a promoção da educação continuada dos discentes da Ufersa para a coleta seletiva solidária; a promoção da cultura de boas práticas sustentáveis (redução do desperdício de materiais de expediente, de água e de energia elétrica) entre discentes, docentes e técnicos administrativos da Ufersa, tendo como principais objetivos a melhoria da qualidade do gasto público e a conservação dos recursos naturais, além da realização do monitoramento da coleta seletiva solidária na Ufersa Mossoró, visando descrever e classificar o perfil desta atividade na Universidade, e identificar possíveis falhas no processo. Essas mesmas ações foram citadas em entrevista pelo coordenador do projeto como demandas sociais atendidas.

A entrevistada bolsista, por sua vez, destacou como demandas sociais atendidas a importância da **bolsa de extensão** e das **ações do projeto para a ASCAMAREM**:

Acredito que os alunos que foram beneficiados com a bolsa de extensão. E os catadores da associação ASCAMAREM que foram beneficiados com a implementação da Coleta Seletiva Solidária da Ufersa.

Percebe-se um caráter ético no sentido de um projeto que envolve a conservação da caatinga, pois, conforme Schwartz e Carroll (2003), a dimensão ética se traduz em ações que sejam relevantes para os *stakeholders*. A dimensão econômica é percebida na fala da segunda entrevistada, pois ela enfatiza a importância da bolsa. E ainda a dimensão legal ao ser executada a ação.

Ao promover todas essas ações, o projeto está dentro das dimensões propostas por Schwartz e Carroll (2003), na dimensão econômica, ao conscientizar as pessoas evitando o desperdício, a dimensão legal ao implantar a coleta seletiva, eliminando o lixo existente dentro da universidade no sentido de evitar ações legais em desfavor da universidade, que poderia gerar multas para a instituição, além de ser um fator negativo para a imagem pública da organização; nesse ponto, se configura como consequência indireta na dimensão econômica. E, ainda, na dimensão ética quando atua de acordo com padrões estabelecidos pela sociedade.

No Projeto 3 - USO DA PESQUISA CIENTÍFICA NA SENSIBILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A CONSERVAÇÃO DA CAATINGA, as atividades desenvolvidas citadas foram: a utilização da pesquisa científica em ecologia e conservação de espécies para a sensibilização de adolescentes da educação formal quanto ao valor da

biodiversidade da Caatinga e a importância da conservação deste bioma natural. Atingir de forma direta e indireta todos os alunos de ensino médio de uma escola estadual de Mossoró; o acompanhamento direto e intensivo das atividades de coleta de dados do projeto de pesquisa em questão. Unir componentes do projeto (alunos de graduação e pós-graduação) e os alunos da escola para a transmissão informal aos alunos, de todo o conhecimento adquirido sobre valorização da biodiversidade da Caatinga. Atingir de forma indireta todos os adolescentes da escola envolvida no projeto, através da promoção de um evento de divulgação coletiva (tipo feira de ciências), sobre valor da biodiversidade da Caatinga e a importância da conservação deste bioma natural.

O entrevistado docente colocou como demanda atendida a **conscientização do sertanejo sobre a importância dos serviços prestados pelos ambientes naturais:**

(...) Eu vou te dar um exemplo que a gente mostrava para eles sobre **os serviços prestados pelos ambientes naturais**. A polinização, por exemplo, ela é necessária para várias plantas que a gente cultiva, que a gente planta. O melão precisa ser polinizado e ele não é feito manualmente. **Então coloque os custos de se fazer isso manualmente. Esse serviço está sendo prestado pela natureza**. E ele então retira custos, valores monetários mesmo da nossa existência. E, assim, a gente foi mostrando vários desses serviços ambientais, inclusive de disponibilização de água pura para a gente que depende de um ambiente natural. Que eles não vão conseguir ter isso se esses ambientes forem todos transformados, por exemplo, em cidades, plantações e jure que é uma área só de Jurema. E acho que é isso”. (DOCCOOR)

A bolsista destaca como demanda atendida a **valorização da caatinga** ao ir para o campo e **mostrar para os alunos o que é a caatinga:**

Uma demanda social que eu acho muito interessante é a **valorização do nosso ecossistema, do nosso bioma, da caatinga**. Porque eu pude perceber que **quando os alunos iam para campo, eles não tinham a menor noção do que era a caatinga**, que não fosse aquelas pequenas imagens que vem nos livros, e quando eles se davam conta que estavam com toda aquela biodiversidade e iam caminhando nas trilhas, encontravam lagartos, encontravam mamíferos, marsupial, ou uma árvore diferente dessas que a gente não vê na cidade, então tudo era absurdamente novo para eles. Era uma coisa assim que eles saiam de lá assim: “eu agora protejo o meio ambiente”. Então, para mim, esse foi o principal ponto, o que mais me chamou atenção. O ponto de que **aqui na cidade os jovens já crescem com uma visão totalmente diferente do que é a biologia e conservação em si**. Do que é o bioma, do que são as características naturais da natureza mesmo, é **aquela coisa que só vê em livro**. Isso foi o que mais me impactou, era a reação deles quando chegava lá e também os comentários deles: “ah, quando chegar em casa eu vou contar isso, vou contar aquilo”. Então isso acaba que eles acabaram se tornando agentes difusores do que eles encontraram lá. Então isso pra mim foi bem impactante. (ALUNBOL)

Liste-se entre as demandas sociais atendidas relatadas pelos entrevistados: conscientização do sertanejo sobre a importância dos serviços prestados pelos ambientes naturais, a promoção da valorização da caatinga e ao mostrar para os alunos o que é a caatinga, colocam o projeto dentro da dimensão ética de Schwartz e Carroll (2003), pois o projeto envolve a preocupação com conservação e valorização da caatinga, tratando-se assim

de uma ação relevante para os *stakeholders*, além de difundir conhecimentos, o que é um dos papéis da extensão universitária e caracteriza também a presença da dimensão legal. Existe também a presença da dimensão econômica, pelo fato de conservar a caatinga, como o entrevistado DOCCOOR aborda, que traz benefícios, pois há um custo que a degradação causa. Ele cita o caso da polinização, caso seja feita manualmente, e a questão da água que depende da conservação dos ambientes naturais. Neste caso, seria na sua forma indireta pois essa ação traz benefícios para a imagem da instituição.

O Projeto 4 - UNIVERSIDADE EM AÇÃO, PROPORCIONANDO ALTERNATIVAS PARA A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DO ÓLEO DE COZINHA não lista diretamente em seu relatório demandas sociais atendidas.

O entrevistado relatou, a respeito das demandas atendidas, a importância de difundir o conhecimento acerca da produção de equipamentos, produtos produzidos a partir de material que muitas vezes iam para o lixo. Ele enfatizou também a importância dessa ação para o meio ambiente:

Bom, alunos, professores e a sociedade como um todo foram atendidos. Porque os alunos e, no caso, os professores, a começar por eles em especial, porque os professores têm deficiência de adquirir essa competência durante a sua graduação em saber construir kits, materiais de baixo custo para lecionar aos alunos da educação básica. Então, eles foram beneficiados ao serem atendidos. Os alunos foram também atendidos através dos minicursos, palestras, workshops e oficinas que nós desenvolvíamos. E também a sociedade porque os alunos seriam melhor preparados e os docentes também e conseqüentemente iriam para sociedade melhores, com uma melhor formação. Sem falar que como envolve também o meio ambiente então essa demanda social também é bastante atendida porque nós reduzimos também nos ajudamos também na redução da coleta seletiva, diminuimos a quantidade de lixo, não muito considerável, mas pelo menos uma amostra do que poderia ser caso o projeto fosse bastante atendido.

Entre as demandas foram citadas: a difusão do conhecimento acerca da produção de equipamentos produzidos a partir de material que muitas vezes ia para o lixo; melhor formação para o aluno; redução do lixo descartado, percebe-se a presença da dimensão econômica, no sentido de diminuir a utilização de recursos com equipamentos tanto na universidade quanto para as escolas de ensino básico, pois os equipamentos passaram a ser produzidos pelos próprios professores com materiais que provavelmente iriam para o lixo, e a dimensão ética ao permitir o bom funcionamento da universidade e por trazer conseqüências benéficas tanto para a comunidade como para universidade.

No relatório do Projeto 5 - CAPACITAÇÃO EM JAVA, constam como demandas atendidas: a contribuição para a formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de sistemas de software orientados a objetos em Java; contribuir para o entendimento dos conceitos fundamentais da linguagem de programação Java; a explicação dos detalhes dos elementos fundamentais do

código fonte em Java; exemplos e exercícios, em laboratório, dos tópicos estudados por meio do desenvolvimento de código orientado a objetos em Java; a resolução de questões propostas em simulados do exame de certificação Oracle Associate Java SE 7 Programmer; a demonstração das especificidades, através de exemplos, do desenvolvimento de código orientado a objetos em Java; o embasamento teórico e prático acerca dos tópicos abordados aos participantes.

Acerca das demandas sociais atendidas, os entrevistados relataram a importância da **certificação para ingresso do aluno no mercado de trabalho:**

Assim, eu acho que na verdade **a gente conseguiu dar uma visão da certificação profissional. Como a gente está distante do mercado de trabalho para a computação em especial.** A gente tem um mercado talvez um tanto incipiente aqui na região para a parte de computação. A gente trouxe pros alunos a ideia “olha, você vai ter conhecimento aqui, mas você vai ampliar o seu horizonte, você vai perceber que se você se esforçar e obtendo uma certificação profissional você consegue, de fato, ter, digamos assim, um diferencial no seu currículo.” Então, o nosso papel social teve esse respaldo de **alertar os nossos estudantes, de eles ampliarem os horizontes para o papel deles em termos de mercado de trabalho.** Que a gente acaba trabalhando aqui na computação muito na visão de mestrado. O pessoal tem uma visão muito acadêmica. Então, nosso objetivo foi despertar o estudante para esse mundo além da academia que eu acho que é importante para eles também. (DOCCOOR)

Principalmente **capacitação para o mercado de trabalho. Mossoró tem uma demanda muito grande de profissionais de tecnologia. Na verdade, o Brasil inteiro.** E eu fiz recentemente uma pesquisa porque a gente está alterando o PPC do nosso curso e a gente viu que no Brasil tem uma demanda por mais de cem mil profissionais da tecnologia de informação. Então, com esse curso a gente tentou diminuir essa demanda pelo menos aqui na região. (DOCVICECOOR)

Relate-se como demanda atendida: formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de sistemas de software e consequente certificação para ingresso do aluno no mercado de trabalho são conhecimentos que o projeto agrega à formação do aluno e que trazem consequências econômicas para o aluno enquanto futuro profissional e para a universidade numa possível melhora na imagem pública da instituição em virtude de suas ações. A dimensão ética está presente no sentido de promover uma ação com consequências boas para a instituição, e a dimensão legal de forma passiva na execução da ação.

No relatório do Projeto 6 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS CENTRAL DA UFERSA PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN – EDUCATINGA constam como demandas atendidas: o aumento do **senso crítico dos alunos do ensino fundamental** possibilitando uma **visão conservacionista do meio ambiente**, através de educação ambiental, visando despertar na sociedade futura a necessidade de preservação da natureza para manutenção da biodiversidade; a promoção à revitalização da área de representação da Caatinga da Ufersa;

realização de visitas aos colégios e palestras; aplicação de questionários de avaliação e análise dos resultados dos questionários; plantio das mudas.

O entrevistado apontou como demanda social atendida o fato das escolas saírem de seus limites e virem até a universidade:

(...) auxiliar as escolas, de **não ficar limitadas à sala de aula**, tirar eles da sala de aula para outro tipo de ambiente e é essa parte que mais sentimos. Depois, no final, sentimos que foi muito positivo, ao ponto que as escolas, já terminado o projeto, continuam me ligando pedindo que coloquemos eles no roteiro, que não era um projeto único sozinho, acabou, não um projeto de todo ano contínuo (...) (DOCCOOR)

Outro ponto foi a conscientização dos alunos da rede pública acerca da caatinga:

Eu acho que inicialmente foi a **inclusão das escolas, no caso foram as municipais aqui dentro da universidade**, e a ideia de que a criança futuramente pode ingressar na universidade, então abrir as portas mesmo da universidade além da conscientização ambiental porque a gente trabalha essa parte de conscientização. (ALUNBOL)

Essa demanda social atendida, de trazer os alunos de ensino básico para visitar a universidade, e de apresentar a elas a caatinga como forma de conhecimento e valorização da nossa vegetação, está relacionada à dimensão ética, pois, conforme Schwartz e Carroll (2003), estão nessa dimensão ações que promovem o bem da sociedade, pelas consequências que podem trazer no futuro para essas crianças e sociedade em geral.

Constam no relatório do Projeto 7 - IMAGENS DO SEMIÁRIDO como atividades realizadas a obtenção de imagens que mostrem tanto as paisagens nativas como as áreas cultivadas, a fim de explicitar o potencial agropecuário da região.

A entrevistada coloca como demanda social atendida o seguinte fato:

Talvez o projeto tenha trazido para a internet, trazido para a comunidade ufersiana pessoas que estavam no anonimato. Talvez a contribuição tenha sido isso, uma necessidade de as pessoas mostrarem o seu trabalho, mostrarem o que fazem, que até então ninguém sabia ou então não tinha sido divulgado. **Porque o produto final de todas essas imagens nossas foi publicado no site que está ativo até hoje: www.imagensdosemiarido.ufersa.edu.br**. Então assim, eu acho que foi uma forma de retribuir as informações, acho que talvez a demanda de fato tenha sido essa. Assim, **a contribuição de tornar público**, tornar visível pessoas que até então estavam no anonimato. (DOCCOOR)

As demandas que foram atendidas no projeto até agora nem são as mesmas que a gente idealizou no projeto. Porque no projeto prevê que a gente disponibilize imagens num banco de imagens para que todas as escolas, universidades possam utilizar e, através dessas imagens, conhecer a região, saber os potenciais da região, principalmente das cadeias produtivas. Só que a gente nesse um ano de projeto do edital de 2013 que é só uma partezinha do projeto imagens do semiárido na realidade, a gente só teve recurso para fazer as viagens. Então, assim, o objetivo do projeto mesmo não foi atingido, que é justamente disponibilizar essas imagens num banco e fazer um livro com algumas das principais imagens. Mas a gente conseguiu,

mesmo com essas limitações, levar conhecimento de um produtor para outro. **Das experiências que a gente aprendeu com os produtores em alguns lugares que nós passávamos**, conversando com eles, conversando com outras pessoas que viam a gente fotografando e chegavam, e conversavam, a gente pegar essas ideias e passar para outras pessoas, dar uma dica, olhar alguma coisa que a gente via que podia melhorar, dar um contato de um professor que podia ajudar naquela ação e coisas desse tipo de troca de conhecimento mesmo. (SERVTEC)

Na minha opinião **abriu mais a mente sobre a realidade do semiárido** porque a sociedade tem uma imagem do semiárido que é de seca, de fome, só a parte ruim e, quando a gente conhece, vê que vai além disso, que tem muita diversidade de vegetação, de solo. (ALUNBOL)

Como demandas sociais atendidas, foram relatadas pelos entrevistados: a publicação das imagens em um site, as experiências partilhadas e o fato de ter aberto a percepção da bolsista para a realidade do semiárido, coloca o projeto dentro da dimensão ética, pois este projeto trará consequências boas para a sociedade ao promover o conhecimento da região semiárida.

Quadro 9 – Principais demandas atendidas nas ações de extensão conforme modelo.

AÇÃO	Demandas atendidas	DIMENSÕES
PROGRAMA 1	<ul style="list-style-type: none"> - promoveu o conhecimento e o envolvimento da comunidade. - melhorou a qualidade da educação do ensino básico - despertou interesse nos alunos - engajou os professores - atingiu lugares distantes (alunos do interior do estado) - proporcionou bolsas para os estudantes - colocou o estudante bolsista da Ufersa no papel de orientador dos projetos nas escolas - desenvolveu a habilidades pessoais e interpessoais dos alunos, bem como o desenvolvimento profissional. 	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROGRAMA 2	<ul style="list-style-type: none"> - permanência do discente - conhecimento proporcionado aos alunos e a comunidade acerca do curso de engenharia para a população 	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROGRAMA 3	<ul style="list-style-type: none"> - aproximou a universidade das escolas do município por meio de visitas; - difundiu conhecimento ao ensinar nas escolas alguns conceitos básicos de física 	Ético e Legal (passiva)
PROJETO 1	<ul style="list-style-type: none"> - conhecimento proporcionado aos participantes acerca de uma alimentação saudável 	Ético e Legal (passiva)
PROJETO 2	<ul style="list-style-type: none"> - bolsa de extensão - as ações do projeto para a ASCAMAREM por meio da implantação da coleta seletiva eliminando o lixo existente dentro da 	Ética Legal e Econômica

	universidade. - conscientização das pessoas evitando o desperdício	
PROJETO 3	- conscientização do sertanejo sobre a importância dos serviços prestados pelos ambientes naturais - a promoção da valorização da caatinga - mostrar para os alunos o que é a caatinga	Ético e Legal (passiva)
PROJETO 4	- a difusão do conhecimento acerca da produção de equipamentos produzidos a partir de material que muitas vezes iam para o lixo - melhor formação para o aluno	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROJETO 5	- a formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de sistemas de software - certificação para ingresso do aluno no mercado de trabalho	Ética Legal (passiva) e Econômica
PROJETO 6	- aproximação da universidade por meio de visitas de alunos de ensino básico à universidade - apresentação da caatinga a esses alunos como forma de conhecimento e valorização da nossa vegetação .	Ética e Legal (passiva)
PROJETO 7	- divulgação de imagens da caatinga, do semiárido	Ética Legal (passiva)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nota-se que existe afinidade entre as demandas atendidas descritas nos relatórios e aquelas que foram relatadas pelos entrevistados.

Em análise de demandas sociais atendidas, de maneira similar à avaliação feita com base nas motivações, o resultado foi que apenas uma ação se enquadra nas três dimensões de Schwartz e Carroll (2003), situação colocada pelo autor como ideal. Entretanto, o autor também coloca como ideal aquelas que se enquadram nas dimensões ética e econômica, desde que atendam a dimensão legal mesmo que de forma passiva.

A maior parte das ações enquadra-se nas dimensões ética e legal (forma passiva). Isso se deve à dificuldade de fazer uma relação entre a extensão e a promoção de recursos financeiros, conforme o docente coordenador do Projeto 4: “nós não temos um viés em relação a recurso para entrar dentro da universidade”. Como o próprio entrevistado conclui “nós não beneficiamos a instituição financeiramente, mas se nós pararmos para pensar que nem tudo é dinheiro ela se beneficia bastante por estarmos formando melhores alunos”.

Os objetivos das ações de extensão vão além do caráter econômico, percebe-se mais evidente o caráter ético das ações e o legal de forma passiva pois percebe-se que os envolvidos cumprem as diretrizes da extensão, mas não conseguem visualizar isso. Isso ficou

evidente quando questionados sobre “como o projeto ajudaria a universidade a responder a dimensão legal da responsabilidade social” e a maioria não conseguiu responder.

Podem-se resumir os resultados da pesquisa no quadro a seguir:

Quadro 10 – Ações de extensão sob a perspectiva das dimensões da Responsabilidade Social.

Dimensões Ação	Puramente Econômica: Atividades que são unicamente de natureza econômica, que não cumprem as leis ou as cumprem de maneira passiva.	Puramente Ética: Atividades que não têm, direta ou indiretamente interesses econômicos ou implicações jurídicas.	Puramente Legal: As ações corporativas que não são consideradas éticas e não têm, direta ou indiretamente, benefício econômico.	Econômica e Ética: Vão além do interesses econômicos e baseiam-se na ética.	Econômica e Legal: Atividades que as empresas desenvolvem seriam tanto econômicas e legais e ao mesmo tempo serem consideradas antiéticas.	Ética e Legal: São desenvolvidas não em virtude de benefícios econômicos, mas porque são legalmente exigidas e são éticas.	Econômica, ética e legal: Categoria ideal para as empresas, ou a categoria econômica e ética (desde que cumpra a legislação de forma passiva).	RESULTADO
PROGRAMA 1	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Econômica e Ética e legal (passiva).
PROGRAMA 2	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Se aplica em parte.	Econômica e Ética e legal (passiva).
PROGRAMA 3	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Se aplica em parte.	Ética e legal (passiva).
PROJETO 1	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Se aplica em parte.	Ética e legal (passiva).
PROJETO 2	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica	Se aplica.	Ética, legal e econômica.
PROJETO 3	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Não se aplica.	Ética e legal (passiva).
PROJETO 4	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Se aplica em parte.	Econômica e Ética e legal (passiva).
PROJETO 5	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Econômica e Ética e legal (passiva).

PROJETO 6	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Se aplica em parte.	Não se aplica.	Se aplica		Ética e legal (passiva).
PROJETO 7	Não se aplica.	Não se aplica.	Se aplica em parte.	Se aplica em parte.	Não se aplica.	Se aplica.	Se aplica em parte.	Ética e legal (passiva).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as motivações para elaboração das ações de extensão da Ufersa, selecionadas pelo Edital N° 19/2013, e as demandas sociais por elas atendidas, utilizando como base o modelo de responsabilidade social proposto por Schwartz e Carroll (2003), percebe-se resultados similares. Nas duas análises, apenas o Projeto 2 enquadra-se nas três dimensões da responsabilidade social, situação abordada como ideal pelos autores, embora os autores também considerem como ideal aquelas ações que se enquadram nas dimensões ética e econômica, desde que atendam à dimensão legal mesmo que de forma passiva. A maior parte das ações enquadra-se nas dimensões ética e legal (forma passiva).

Tal aproximação com as dimensões da responsabilidade social podem ser relacionadas à natureza dos projetos de extensão que não visam lucro e propõem estabelecer aproximação com a comunidade. A abordagem mais indireta pode ser percebida no projeto 2, que trabalhou a eliminação do lixo e a conscientização de boas práticas no campus, tanto dos alunos, como de técnicos e docentes, pois ao eliminar desperdícios trouxe consequências econômicas diretas.

Ao analisar os programas/projetos de extensão do Edital n° 19/2013 percebe-se que dificilmente essas ações seriam enquadradas nas dimensões sobrepostas denominadas pelos autores de “puramente”. A dimensão puramente econômica não coaduna com a proposta extensionista, como já abordado, pois esta dimensão visa apenas o lado econômico. A categoria puramente legal também não seria possível enquadrá-las, pois existe um benefício financeiro com essas ações, mesmo indireto, mas existe, e essas ações são executadas dentro de padrões éticos.

Dessas, aquela que mais se aproxima seria a dimensão puramente ética. Isso porque as ações de extensão visam, de forma geral, atender anseios da comunidade. Apesar de nas ações existir uma obediência à legislação, mesmo que de forma passiva, e, como já citado, algumas trazem benefício econômico indireto para a instituição, mas aquelas que estão na dimensão ética e na legal de forma passiva atendem em parte a esta dimensão.

A dimensão ética é atendida e podemos perceber isso ao analisar as motivações para construção das ações de extensão percebidas através dos relatórios e entrevistas, em que grande maioria objetiva atender a comunidade.

Percebe-se também a dimensão legal quando os entrevistados relatam que para execução da ação é observada a legislação, seja para o descarte de resíduos, como citado no Projeto 2, seja na sua forma passiva ao atender diretrizes da extensão.

A categoria econômica é atendida em grande parte em sua forma indireta, como alguns entrevistados citaram: melhora a imagem da instituição ao atender demandas da sociedade e ao formar alunos melhores, atraindo também mais alunos.

Nesse contexto percebe-se que as ações conseguem atender às categorias ética e legal, e em parte a dimensão econômica, apesar de a universidade não visar o lucro e sim o cumprimento de legislações e o atendimento a demandas da sociedade, conforme constatado na análise feita nos programas/projetos do Edital N° 19/2013. Entende-se, portanto, que as ações desenvolvidas pela universidade podem enquadrar-se mais facilmente na dimensão Ética e Legal.

7. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações encontradas foram: primeiramente, a dificuldade de encontrar membros dos projetos dispostos a serem entrevistados; alguns marcaram e não compareceram, entretanto, a maioria foi. Este se constituiu um ponto realmente complexo para o trabalho, a disponibilidade das pessoas, especialmente dos membros externos, que, ao final, nenhum colocou-se à disposição. O que inviabilizou demonstrar no trabalho a percepção desses sujeitos que seria um dado importante para o trabalho.

No que se refere ao modelo utilizado para análise dos dados, as limitações foram as mesmas colocadas pelos autores, em virtude das características muitas vezes entrelaçadas das três dimensões pode haver questionamentos no sentido de como identificar um modelo puramente econômico, puramente legal, ou puramente ético, dificuldade já citada nas considerações finais do trabalho. E que, apesar do modelo tentar criar distinções por meio de categorias puras, pode ainda carregar um ou outro aspecto de outra dimensão. Assim, uma ação puramente econômica pode ainda estar em conformidade com a lei, embora não esteja destinada a isso, e ainda ser suportada pelo padrão ético do egoísmo de modo a atender os interesses da instituição.

Nesse contexto, o trabalho para enquadrar os programas/projetos nas categorias definidas pelos autores foi complexo e passível de crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR ISO 26000. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp
Acessado em: 18/06/2015.

ALVES, Elvisney Aparecido. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. São Paulo: Revista Adm. 2003.

BITTENCOURT, Epaminondas. CARRIERI, Alexandre. Responsabilidade Social: Ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. RAE, volume 45, Edição especial, Minas Gerais, 2005.

CARROL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. Business Horizons, july-august, p. 39-48, 1991.

CARROL, A. B.; SCHWARTZ, M.S. Corporate Social Responsibility: A Three-Domain Approach. Business Ethics Quarterly, Volume 13, Issue 4 ISSN 1052-150X, p. 503-530, 2003.

CHAUI, M. S. Escritos sobre a universidade. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. 205 p. Disponível em: <http://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf>
Acessado em: 18/10/2014.

CHAUI, M. S. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2003, n° 24.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e a Universidade no Brasil. In: Lopes, E. M. T. ET all. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autentica, 2000.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, maio de 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em 20/06/2015.

INEP, Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 16/06/2015.

KAUARK, Fabiana, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Raimunda Maria Cunha. **A extensão universitária como um fator da responsabilidade social universitária.** Revista Espaço Acadêmico, N° 128. Mensal, Ano XI, ISSN 1519-6186. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14627/8525>
Acesso em: 31/10/2014

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008. Disponível em: <https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSéculoXXI.pdf>
Acesso em: 11/02/2016.

SILVA, E. W, Extensão Universitária no Rio Grande do Sul – concepções e práticas. Maio/2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3780/000392869.pdf?sequence=1>
Acessado em: 27/10/2014.

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004

SITE REUNI. <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em 14/02/2016.

SITE UFERSA, www.ufersa.edu.br. Acessado: em 23/09/2015.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Rio de Janeiro, Jan /Fev /Mar /Abr 2005 Nº 28 ISSN 1413-2478. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>>. Acesso em: 01/06/2015.

UFERSA. Estatuto da UFERSA. 2013.

Disponível em: http://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2014/09/ESTATUTO-DA-UFERSA_vers%C3%A3o-2013.pdf
Acesso em: 12/09/2015.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

XAVIER, Wescley e MARANHÃO, Carolina. Responsabilidade Social: A privatização do público. O&S, Salvador, v.17, n.53, Abril/Junho, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivos específicos	Estratégia	Perguntas	
1. Traçar o perfil das ações de extensão.	Pesquisa documental: editais, relatórios, Plano Nacional de Extensão e Política Nacional de Extensão.	-	
2. Identificar quais as motivações para a implementação dessas ações de extensão.	Documentos/Entrevista	Docentes/Técnicos	Bolsistas
		Como surgiu a ideia do programa/projeto? O que motivou a construção da ação? A comunidade participou da elaboração das ações de extensão?	Como você tomou conhecimento do projeto? Por que se inscreveu para participar deste projeto de extensão?
3. Verificar quais demandas sociais foram atendidas através dessas ações;	Documentos (aqui foram verificadas quais demandas foram atendidas por meio dos relatórios/prestação de contas do projeto).	-	

<p>4. Descrever a percepção dos sujeitos (público alvo) das ações de extensão sobre demandas sociais atendidas ou não.</p>	<p>Entrevista (aqui foram verificadas que demandas foram atendidas na percepção dos sujeitos por meio de entrevista.)</p>	<p>Na sua opinião, quais demandas sociais foram atendidas através desse programa/projeto?</p> <p>Quem são os envolvidos na ação? Como cada um deles participa?</p> <p>Qual a contribuição da bolsa de extensão na formação do aluno?</p> <p>Os recursos materiais utilizados na execução dos projetos atenderam às necessidades?</p> <p>Que áreas do conhecimento são necessárias para o desenvolvimento do projeto de Extensão? Como essas áreas dialogam? Quais as dificuldades? Quais as potencialidades?</p> <p>De que forma as ações de extensão contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável?</p> <p>De que forma o projeto contribuiu para a troca de saberes entre a Universidade e outros setores da sociedade?</p> <p>A participação em ações pode ser computada para a integralização curricular, conforme a Política Nacional de Extensão apresenta?</p> <p>Além do recurso do edital existem outros aportes financeiros para execução</p>	<p>Na sua opinião, quais demandas sociais foram atendidas através desse programa/projeto?</p> <p>Quem são os envolvidos na ação? Como cada um deles participa?</p> <p>Você considera que as seleções para bolsas de extensão são adequadas e asseguram igualdade no acesso?</p> <p>A bolsa de extensão contribui para a sua permanência na Universidade/Escola?</p> <p>Contribui(u) para um melhor desempenho acadêmico?</p> <p>Contribui(u) para a inserção profissional?</p> <p>Os recursos materiais utilizados na execução dos projetos atenderam às necessidades?</p> <p>Proporciona(ou) participar da produção de artigos, livros ou outras produções científicas?</p> <p>Contribui(u) para uma formação integral conciliando teoria e prática?</p> <p>Você colabora(ou) nas atividades de planejamento e avaliação da ação de extensão?</p> <p>Você teve a sua participação</p>
--	---	--	--

		<p>dos projetos?</p> <p>O apoio financeiro é suficiente (bolsas, passagens e outros)?</p> <p>As ações permitem melhora nas condições econômicas dos participantes?</p> <p>A Ufersa se beneficia dessas ações em termos financeiros?</p> <p>Os autores Schwartz e Carrol (2003) apresentam que, para construção do conceito de responsabilidade social, é necessário estabelecer relações entre as ações das organizações e suas consequências sociais e, para isso, ele propõe um modelo de três dimensões: econômica, ética e legal. Na sua opinião, de que forma o projeto de extensão contribui para universidade responder a cada uma dessas dimensões?</p>	<p>integralizada curricularmente?</p> <p>Você tem ou teve dificuldade para integralizar créditos pela sua participação?</p> <p>Os autores Schwartz e Carrol (2003) apresentam que, para a construção do conceito de responsabilidade social, é necessário estabelecer relações entre as ações das organizações e suas consequências sociais e, para isso, propõe um modelo de três dimensões: econômica, ética e legal. Na sua opinião, de que forma o projeto de extensão contribui para universidade responder a cada uma dessas dimensões?</p>
--	--	---	---

APÊNDICE B – SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE -
UERN



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE

Pesquisador: Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 49740015.7.0000.5294

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.417.818

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de pesquisa apresentado em nível de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os projetos de extensão da UFRSA utilizando o modelo de responsabilidade social proposto por Schwartz e Carrol

Objetivos Secundários:

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apresentadas na versão anterior foram sanadas e o projeto pode ser executado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_598026.pdf	28/12/2015 10:38:52		Aceito
Outros	Anuencia.pdf	28/12/2015 08:25:44	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/12/2015 08:15:54	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito
Outros	DECLARACAO_CEP.pdf	01/10/2015 16:50:37	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	25/09/2015 17:06:31	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	25/09/2015 17:03:12	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	25/09/2015 16:53:47	Sarah Raquel Carvalho de Oliveira Almeida	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não